



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL**

**MARIA THEODORA PAIVA DE BARROS**

**AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A  
SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE DE MARUPAÚBA  
MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU-PA**

Belém-Pa

2010

**MARIA THEODORA PAIVA DE BARROS**

**AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA A  
SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE DE MARUPAÚBA  
MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU-PA**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como exigência para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

**Orientador: Prof. Dr. Ariberto Venturini**

Belém-Pa

2010

**MARIA THEODORA PAIVA DE BARROS**

**A AGRICULTURA FAMILIAR: O PROCESSO DE FORMAÇÃO PARA  
A SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE DE MARUPAÚBA  
MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU-PA**

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará como exigência para obtenção de título de Mestre em Serviço Social.

Examinada em 29 /06/2010

BANCA EXAMINADORA:

---

**Prof. Dr. Ariberto Venturini**

**Universidade Federal do Pará**

**Presidente**

---

**Profª Drª Andréia Bittencourt Pires Chaves**

**Universidade Federal do Pará**

---

**Profª Drª Maria José Barbosa**

**Universidade Federal do Pará**

Belém- Pa  
2010

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Biblioteca Armando Corrêa Pinto – ICSA/UFPA - Belém**

---

Barros, Maria Theodora Paiva de.

Agricultura familiar: o processo de formação para sustentabilidade na comunidade de Marupaúba município de Tomé-Açu-PA / Maria Theodora Paiva de Barros; orientador, Ariberto Venturini. — 2010

109 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2010.

1. Agricultura familiar. 2. Políticas públicas. 3. Sustentabilidade. 4. Comunidades tradicionais. I. Título.

CDD - 20. ed. 338.1

---



**Fotografia 01:** Moradores da Comunidade de Marupaíba  
**Fonte:** Elaborado pela autora

## AGRADECIMENTOS

À Deus pelas oportunidades proporcionadas durante minha existência neste plano.

Aos meus pais, *in memoriam*, que muito se esforçaram para que eu pudesse estudar na capital.

Aos meus filhos Rafael, Rodrigo e Amanda e ao meu esposo Ronaldo pela paciência que tiveram ao longo do processo de construção deste trabalho.

Agradeço especialmente a meu orientador, Prof. Dr. Ariberto Venturini, pelo incentivo para que me tornasse mestra.

À Assistente Social, Eugenia Fonseca, que soube entender as minhas dificuldades e muitas vezes me liberou do trabalho para que eu pudesse frequentar as aulas e escrever esta dissertação.

As minhas colegas de trabalho, Márcia Rezeck e Simone Vilhena, que muitas vezes ficaram sobrecarregadas com a minha ausência.

Aos agricultores familiares da Comunidade de Marupaúba que permitiram que eu realizasse a pesquisa.

Ao técnico da Secretaria Municipal de Agricultura de Tomé-Açu, Cristiano de Alcântara, que contribuiu com os conhecimentos acerca dos projetos.

Às amigas, Michelle Teodoro, Helena Aood e Sonia Batista pelo incentivo nos momentos difíceis.

Ao amigo, Amador Conceição, que na fase final dispôs inúmeras vezes de sua atenção e solidariedade.

E a todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram para que meu sonho fosse realizado.

Muito obrigada!

Idéias adquiridas por nossa inteligência, incorporadas a nossos pontos de vista e forjados em nossa consciência são cadeias das quais não podemos nos libertar sem esforço doloroso.

**Karl Marx**

## RESUMO

O presente estudo se constitui em uma reflexão sobre a formação de agricultores familiares ribeirinhos e a sustentabilidade, a partir de um processo implementado pela Prefeitura de Tomé-Açu/PA na Comunidade de Marupaúba, nas gestões municipais compreendidas entre os anos de 2000 a 2008. Tem como objetivo analisar como a educação planejada e executada via políticas públicas e de governo para os agricultores familiares, alteram sua forma de produzir traduzindo-se em sustentabilidade econômica e social para essas famílias. Para tal, foi revisado, de forma pontual, a história da agricultura no Brasil; a constituição da Política Agrícola, desde a colonização até os dias de hoje e como parte dela, a assistência técnica utilizada pelo Estado como estratégia de formação para os agricultores e ainda, o processo implementado pela Prefeitura na Comunidade e qual sua contribuição para a sustentabilidade das famílias atendidas. Utilizaram-se métodos de pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Na pesquisa de campo, realizaram-se entrevistas semi-estruturadas com 20 % dos membros da Associação de Moradores. Analisaram-se os dados qualitativos e quantitativos, visando compreender que conhecimentos, habilidades e atitudes foram adquiridas ao longo do processo. Enquanto resultado, chegou-se ao entendimento de que a sustentabilidade do ponto de vista do capital não foi alcançada. Como os cabanos, os agricultores familiares da Comunidade de Marupaúba, resistem ao poder do grande capital e mantêm sua cultura com práticas milenares de produção.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade. Formação. Políticas Públicas. Agricultores Familiares. Comunidades Tradicionais.



## ABSTRACT

The present study constitutes itself in a reflection about the formation of familiar reverine farmers and the sustainability, from of a process introduced by city hall of Tomé-Açu/PA in the community of Marupaúba, in the municipal government realized between the years 2000 to 2008. It has like objective analyze how the education planned and realized by public policies and of government for familiar farmers, it change their way of produce translating in economic and social sustainability for this family. For this it was reviewed thoroughly the history of agriculture in Brazil; the establishment of agricultural policy, since the colonization until nowadays and how part of it, the technical assistance used by state as strategy of formation for farmer and still, the process implemented by city hall in the community and what its contribution for sustainability of the families attended. It was used method of bibliographic research, documentary and field. In the research of field, it was realized interviews semi-structured with 20% of the members of the neighborhood association. It was analyzed the qualitative and quantitative data, seeking to understand that knowledge, abilities and attitudes was acquired throughout the process. As result was obtained that the sustainability expected wasn't achieved. The reordering of capital sought to transform their lifestyle, but, like the Cabanos, the familiar farmers of the community of Marupaúba resist to power of big capital and keep their culture with millennial production practices.

**Key words:** Sustainability. Formation. Public policies. Familiar farmers. Traditional communities.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>ABCAR</b>	- Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
<b>ACAR</b>	- Associação de Crédito e Assistência Rural
<b>ACARESC</b>	- Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina
<b>ANCAR</b>	- Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
<b>ASCAR</b>	- Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
<b>AARPA</b>	- Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
<b>ATES</b>	- Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
<b>BASA</b>	- Banco de Crédito da Amazônia
<b>BNDES</b>	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>CREAI</b>	- Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil
<b>CFP</b>	- Comissão de Financiamento da Produção
<b>CLT</b>	- Consolidação das Leis Trabalhistas
<b>CEPLAC</b>	- Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
<b>CEPAL</b>	- Comissão Econômica para a América Latina
<b>DNPEA</b>	- Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária
<b>ESAV</b>	- Escola Superior de Agricultura de Viçosa
<b>EMATER</b>	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Pará
<b>EMBRAPA</b>	- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>EMBRATER</b>	- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>ETA</b>	- Programa de Cooperação Técnica Brasil – Estados Unidos
<b>FAO</b>	- Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação
<b>FAT</b>	- Fundo de Amparo ao Trabalhador
<b>FCO</b>	- Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste
<b>FMI</b>	- Fundo Monetário Internacional
<b>FNE</b>	- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
<b>FNO</b>	- Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
<b>FASE</b>	- Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
<b>FGTS</b>	- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>IBRA</b>	- Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
<b>IFPA</b>	- Instituto Federal do Pará
<b>IICA</b>	- Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola

<b>INCRA</b>	- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INDA</b>	- Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
<b>ITERPA</b>	- Instituto de Terras do Pará
<b>MDA</b>	- Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MEB</b>	- Movimento de Educação de Base
<b>MEC</b>	- Ministério da Educação e Cultura
<b>MOBRAL</b>	- Movimento Brasileiro de Educação
<b>MST</b>	- Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
<b>MTE</b>	- Ministério do Trabalho e Emprego
<b>ONU</b>	- Organização das Nações Unidas
<b>PANFLOR</b>	- Plano Nacional de Educação Profissional
<b>PGPM</b>	- Política de Garantia de Preços Mínimos
<b>PROGER</b>	- Programa de Geração de Emprego e Renda
<b>PROEMPREGO</b>	- Programa de Emprego
<b>PRONAF</b>	- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PROVAP</b>	- Programa de Valorização da Pequena Produção Rural
<b>PNATER</b>	- Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>PNUD</b>	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
<b>PRONATER</b>	- Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
<b>PROGATER</b>	- Programa Estadual de ATER
<b>SAGRI</b>	- Secretaria de Estado de Agricultura
<b>SEMAGRI</b>	- Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Tomé-Açu
<b>SEPOF</b>	- Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará
<b>SIBRATER</b>	- Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>SPEVEA</b>	- Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
<b>STR</b>	- Sindicato de Trabalhadores Rurais
<b>UDB</b>	- Unidade Didática Agroecológica do Nordeste Paraense
<b>UFRA</b>	- Universidade Federal Rural da Amazônia

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

<b>Fotografia 01:</b> Moradores da Comunidade de Marupaíba .....	5
<b>Fotografia 02:</b> Malha municipal digital do Brasil: situação em 2006. Rio de Janeiro .....	51
<b>Fotografia 03:</b> Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000.....	53
<b>Fotografia 04:</b> Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes 2003-2006 .....	54
<b>Fotografia 05:</b> Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal 2001 – 2006.....	55
<b>Fotografia 06:</b> Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes 2003 – 2006 .....	55
<b>Fotografia 07:</b> Instituições Financeiras 2007/Tomé-Açu – PA .....	56
<b>Fotografia 08:</b> Estrutura Empresarial 2006 .....	56
<b>Fotografia 09:</b> Principais rebanhos existentes 2001 – 2006 .....	57
<b>Fotografia 10:</b> Receitas Municipais 2002 – 2005 .....	57
<b>Fotografia 11:</b> Canoa.....	65
<b>Fotografia 12:</b> Barcos da prefeitura para transporte de alunos.....	70
<b>Fotografia 13:</b> Roça implantada no sistema tradicional .....	74
<b>Fotografia 14:</b> Plantação de açaí .....	76

## LISTA DE QUADROS

- Quadro 1:** Carga horária e conteúdo do curso de Compostagem Orgânica. ....104
- Quadro 2:** Carga horária e conteúdo do curso de Manejo de Capoeira .....105
- Quadro 3:** Carga horária conteúdo de Educação Ambiental ministrado pelo POEMAR em duas etapas. ....106
- Quadro 4:** Carga horária e conteúdo do curso de Piscicultura ministrado pelo POEMAR em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA e a Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, através do projeto “Transferência de Tecnologia e Capacitação para Atividades Produtivas Comunitárias Baseadas no Uso Sustentável de Recursos Naturais” em duas etapas. ....107
- Quadro 5:** Carga horária e conteúdo do curso de Associativismo e Cooperativismo .....108
- Quadro 6:** Carga horária e conteúdo do curso de Piscicultura em Tanque Rede...109

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>2 O ESTADO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA .....</b>	<b>22</b>
2.1 UM POUCO DA HISTÓRIA.....	22
<b>3 A POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL .....</b>	<b>30</b>
3.1 A EDUCAÇÃO COMO PARTE DA POLÍTICA AGRÍCOLA: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS .....	37
3.1.1 A Assistência Técnica e Extensão Rural como proposta de Educação ...	38
3.1.2 A experiência das Ligas Camponesas .....	41
3.1.3 O Movimento de Educação de Base .....	42
3.1.4 A Fase.....	45
3.1.5 Os Sindicatos Rurais .....	45
<b>4 O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU E DA COMUNIDADE DE MARUPAÚBA.....</b>	<b>47</b>
4.1 OS DADOS ECONÔMICOS.....	53
<b>5 A FORMAÇÃO NA COMUNIDADE DE MARUPAÚBA .....</b>	<b>63</b>
5.1 A EDUCAÇÃO FORMAL NA COMUNIDADE .....	68
5.2 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL VIABILIZADA PELA POLÍTICA AGRÍCOLA.....	71
5.3 O FINANCIAMENTO .....	81
5.4 A ASSISTENCIA TÉCNICA.....	84
5.5 A SUSTENTABILIDADE .....	89
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>92</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>95</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>103</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>107</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As transformações ocorridas no mundo do trabalho permeiam toda a sociedade, influenciando os mercados, tanto nas cidades quanto no campo. Assim como nas áreas urbanas, os trabalhadores do meio rural também sofrem essas novas influências no modo de produzir, intensificadas pelo processo de modernização acelerada de tecnologias, fazendo os produtores rurais demandarem informações, antes desnecessárias, para se tornarem competitivos. Segundo Ianni (1997), ocorre uma progressiva e reiterada urbanização do mundo agrário, transformando radicalmente o modo de vida, pensar, sentir, agir e imaginar dos que se dedicam as atividades rurais.

A reestruturação produtiva em curso, desde a década de 1970, nos países desenvolvidos, tem impacto no Brasil, com maior evidência nos anos 1990, ante a abertura dos mercados, gerando desemprego e afetando também os habitantes de longínquas comunidades rurais. Na Amazônia, as populações tradicionais, com o intensivo avanço do capital, devido a implantação de propriedades agro-industriais e pecuárias, são expropriadas de suas terras e tem cada vez menos espaço físico para desenvolver atividades produtivas, residindo em lotes de terra demarcados pelos órgãos oficiais - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Pará (ITERPA) - e sem recursos, serviços que atendam suas necessidades, acabam como estratégias de sobrevivência, migrando para as cidades ou mudam suas formas de produzir para atender uma demanda de mercado, que exige produtos diferenciados e acesso a novas tecnologias, conforme aponta Ianni:

Está em curso novo surto de universalização do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório. O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma extensiva e intensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados (IANNI, 1997, p. 10).

No Brasil, as políticas formuladas para a área rural, historicamente estiveram voltadas para atender as necessidades da grande produção e da monocultura. Desde o período colonial à produção agrícola brasileira privilegia a monocultura e a produção para o mercado externo, ficando o mercado interno em segundo plano, sem uma política específica para esse setor, embora a preocupação com o

abastecimento do mercado interno tenha sido alvo de medidas legais desde o início da colonização (PRADO JÚNIOR, 1970).

O investimento do Estado em políticas para os agricultores familiares é resultado da luta dos trabalhadores rurais que organizados conseguiram inscrever na agenda governamental algumas de suas necessidades, e também de um contexto maior alicerçado nas políticas neoliberais adotadas pelo Estado Brasileiro, a partir dos anos 1980 com o objetivo de construir outro tipo de Estado (neoliberal) mais afeito aos processos de globalização. Dentre elas podemos citar: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1996, que trata do crédito agrícola exclusivamente para a agricultura familiar; a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, instituído por intermédio da medida provisória nº 1999-14, de 13 de janeiro de 2000, em sucessão ao Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário, em exercício desde 1996 e que tem como competência: implementar a reforma agrária; promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares; e identificar, reconhecer, delimitar, demarcar e titular as terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010); a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural – PNATER, construída em parceria com as organizações governamentais e não governamentais de Assistência Técnica Social e Ambiental - ATER e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal em 2003, reelaborada e instituída pela lei nº 12.188, em 11 de janeiro de 2010 é orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010) e a retomada de alguns mecanismos, direcionados à agricultura familiar como: seguro agrícola, seguro de preços, compras institucionais, assistência, etc.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário:

Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

No Estado do Pará, o Programa Estadual de ATER – PROGATER é o responsável pelo desenvolvimento da política agrícola em nível estadual. Subsidiado



pela PNATER, o PROGATER tem por objetivo implementar a Política Nacional de ATER de acordo com as especificidades vigentes no Estado, com a participação da sociedade civil, respeitando as diversidades microrregionais, buscando a valorização das experiências endógenas da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida das famílias, como evidenciado no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, Território da Transamazônica – Pará (2006, p.116).

Estes programas chegam aos municípios principalmente por meio das Secretarias de Assistência Social ou de Agricultura que mediante convênios e parcerias, implantam seus projetos, alterando o modo-de-ser-humano trabalho<sup>1</sup> dessas comunidades, por intermédio da oferta da infraestrutura material para a efetivação dos mesmos, aliada aos cursos de capacitação, qualificação e aperfeiçoamento profissional para os agricultores.

No município de Tomé-Açu, a política agrícola é materializada por meio de ações de diversas instituições: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará - EMATER, Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira - CEPLAC, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Tomé-Açu - SEMAGRI, e outros. São essas instituições que por meio de seus programas e projetos vão às comunidades e implementam as ações de acordo com as diretrizes da política em vigor. Como no Brasil a política agrícola ainda é uma política de governo - cada governante dá a cor de seu mandato; os agricultores fragilizados em sua organização acabam recebendo projetos que nem sempre refletem a sua realidade ou com orientações da classe dominante.

A comunidade de Marupaúba localizada a cerca de 40 km da sede do município de Tomé-Açu/PA, é constituída em sua maioria por caboclos descendentes de negros escravizados que em miscigenação com índios e brancos formaram a população residente no local; vivia da agricultura de subsistência, criação de pequenos animais, extrativismo (madeira, pesca e açaí) e desde o ano de 2003, vem sendo alvo de políticas públicas e de governo através de investimentos em projetos implantados pela SEMAGRI, por meio de convênios e mediação da associação de moradores. Os projetos tinham como ação inicial a realização de

---

<sup>1</sup> Conceito relacionado ao modelo ético apresentado por Leonardo Boff (1999), que tem como base o nosso modo de ser-no-mundo. Termo criado por Heidegger para conceituar um atributo ontológico do ser e consiste no modo em que o homem constrói a si e o mundo, através da relação dele com este.

cursos de formação que instrumentalizavam para um novo fazer profissional e disponibilizavam recursos materiais (sacolas plásticas, adubo, material para confecção de tanques-rede) para a execução dos mesmos.

O interesse pelo tema tem relação com a vivência enquanto assistente social em assentamentos no município de Tomé-Açu e região próxima, no ano de 2005, observando a realidade dos assentados e a maneira como as políticas públicas os atendia. A observação empírica durante e após a implantação dos projetos na Comunidade de Marupaúba, inicialmente como instrutora de um dos cursos ministrados, e ainda, como administradora de uma propriedade que desenvolve atividades agropecuárias no local; a inquietação quanto ao resultado do investimento realizado pela prefeitura, aliado ao sentimento de pertencer aquele grupo, fez com que alguns questionamentos fossem levantados e se transformassem em uma possibilidade de estudo da realidade vivenciada.

A escolha da comunidade de Marupaúba tem relação direta com o “paraíso perdido” e remonta aos tempos de infância, quando se tomava banho no rio acreditando que existia a cobra grande; que boto engravidava as mulheres e o “puxirum” localmente chamado potirão, era a forma encontrada para aumentar a produção e a produtividade. E ainda, por se tratar de uma população que historicamente praticava a agricultura de subsistência; o extrativismo; com pequenas incursões em outras atividades não agrícolas; caracterizando-se como população tradicional (caboclo/ribeirinho) e se vê com as transformações mais recentes e a globalização econômica, alvo das políticas públicas que tem por objetivo aumentar a produtividade através da introdução de novas tecnologias, para atender a um mercado regional cada vez mais competitivo. Como comenta Castro (1998), as populações tradicionais não somente estão no meio dos processos de mudanças mais profundas de nossa contemporaneidade, marcadas pela intensificação da lógica de mercado e das estruturas de poder burocratizadas, como também são chamadas a participar como importantes interlocutoras.

O presente trabalho tem como objetivo analisar a contribuição dos conhecimentos ofertados por meio dos cursos de formação para agricultores familiares via políticas públicas e sociais, verificando se o que foi ensinado está sendo utilizado na prática, e como os resultados deste novo fazer se traduziram em termos de sustentabilidade econômica e social para essas famílias na Comunidade de Marupaúba.

Parte-se do pressuposto de que a educação não formal via políticas públicas ou de governo por meio das políticas agrícola, agrária e de desenvolvimento rural, alteram sua forma de produzir traduzindo-se em sustentabilidade econômica e social para essas famílias. Faz-se necessário conhecer o fazer dessas famílias antes do processo de formação<sup>2</sup>; identificar conteúdos ministrados nos cursos ofertados; apreender que conhecimentos, habilidades e atitudes foram adquiridas; verificar se o que foi ensinado está sendo aplicado, para então analisar se a sustentabilidade econômica e social foi alcançada.

A pesquisa foi realizada nos meses de setembro a dezembro de 2009, com 20% dos membros da Associação de Moradores, o que corresponde a 10 associados participantes dos projetos e contemplados com financiamento ou subsídios para a implantação dos mesmos, sendo 09 (nove) do sexo masculino e 01(um) do sexo feminino.

Todos os entrevistados residem na Comunidade, desenvolvem atividades produtivas relacionadas à agricultura e estão inseridos na faixa etária compreendida entre 31 e 61 anos. Quanto ao estado civil, 90% são casados e 10% vivem em união estável. Atribui-se o alto índice de casamento formal, devido à religião dominante na comunidade (evangélica) exigir este requisito. Em relação à escolaridade, 40% dos entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, 30% são apenas alfabetizados, 20% são analfabetos e 10% possuem o ensino fundamental completo. Quanto ao local de nascimento, a pesquisa revelou que 70% das pessoas nasceram no município de Tomé-Açu e 30 % nasceram fora do município.

Inicialmente foi realizado levantamento bibliográfico com o objetivo de conhecer a bibliografia publicada e relacionada ao assunto em estudo (MARCONI; LAKATOS, 1986) assim como pesquisa documental em documentos oficiais da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças do Estado do Pará – SEPOF, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Secretaria de Estado de Agricultura – SAGRI e outros, para conhecer as diferentes contribuições científicas sobre o assunto.

Para o levantamento dos dados foi utilizada a entrevista semi-estruturada que ao mesmo tempo em que valoriza a presença do investigador, oferece perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade

---

<sup>2</sup> Processo de formação se refere ao modo como se estabelece a formação continuada dos agricultores familiares para o fazer profissional, através da política agrícola.

necessárias, enriquecendo a investigação (GONÇALVES apud TRIVIÑOS, 2005) e pesquisa documental relacionada ao conteúdo dos cursos ministrados.

A técnica da entrevista semi-estruturada foi previamente escolhida por permitir que se colete dados tanto qualitativos quanto quantitativos, visto que de acordo com o objetivo do trabalho se fez necessário traçar um perfil desses agricultores. Segundo Minayo, (2008), os dois tipos de abordagem não são incompatíveis. Entre eles há uma oposição complementar que, quando bem trabalhada, produz riqueza de informações, aprofundamento e maior fidedignidade interpretativa.

Por meio da técnica da análise de conteúdo na modalidade temática buscou-se descobrir o que estava por trás da fala dos entrevistados, indo além do aparente no discurso comunicado. Inicialmente agruparam-se as falas dos 10 entrevistados a partir das perguntas da pesquisa que abordavam a educação formal e não formal, financiamento, assistência técnica, forma de ocupação da terra, participação na associação e formação da comunidade, observando o contexto em que essas falas estavam sendo produzidas. Agrupadas as falas por categoria, buscou-se compreender a partir da teoria crítica as determinações presentes, ou seja, a historicidade dos fenômenos a partir de sua determinação econômica expressa por intermédio das relações sociais de produção, para então elaborar uma síntese interpretativa acerca da questão da sustentabilidade respondendo ao objetivo do estudo.

Ressalta-se ainda que as categorias previamente escolhidas para fundamentar o estudo foram: comunidades tradicionais, formação, agricultura familiar. Agruparam-se outras durante o processo de construção (ruralidade, família agrícola; política agrícola e sustentabilidade) oferecendo maior suporte analítico ao estudo.

A sistematização do material permitiu estruturar este estudo em: a) de forma pontual, mostrar o desenvolvimento da agricultura no Brasil desde o período colonial até os dias de hoje; b) abordar as políticas sociais e públicas para a agricultura, dando ênfase a política agrícola, a educação no campo, a assistência técnica e extensão rural e as outras formas de educação no meio rural; e, tratar do processo de formação na comunidade para a sustentabilidade, caracterizando o Município de Tomé-Açu e revelando os meandros da pesquisa.

Observou-se que a sustentabilidade econômica e social não foi alcançada, porém, os cursos ministrados, aliados à implantação dos projetos, se constituíram em instrumento propiciador de acesso ao direito de atendimento pelas políticas públicas e ao mesmo tempo de inserção ao novo formato de produção desenhado pela sociedade capitalista. Despertou a consciência para um fazer planejado, que proporciona maior produtividade e conseqüentemente maior renda, embora ainda de forma embrionária.

## 2 O ESTADO BRASILEIRO E AS POLÍTICAS PARA A AGRICULTURA

### 2.1 UM POUCO DA HISTÓRIA

A agricultura no Brasil remonta ao período colonial quando a Coroa Portuguesa doava ou cedia seu direito de uso da terra a pessoas de sua confiança ou conveniência, com o objetivo de ocupação e exploração do território, em atendimento a uma política mercantilista. Os produtos agrícolas cultivados no sistema de *plantation*<sup>3</sup> se destinavam ao mercado externo e por um longo período (1822 a 1850,) vigorou o sistema de posse livre das terras devolutas, onde as terras tinham apenas valor de uso, ou seja, as terras ainda não eram mercadorias.

A produção açucareira no Brasil se organiza a partir de grandes propriedades constituindo uma grande unidade produtora que reúne num mesmo conjunto de trabalho produtivo, um número mais ou menos avultado de indivíduos sob a direção imediata do proprietário ou seu feitor (PRADO JÚNIOR, 1970). O primeiro engenho a se instalar no Brasil data de 1557, em pleno período de expansão mercantilista. Inicialmente a produção de açúcar contou com mão-de-obra indígena e posteriormente com o trabalho dos negros africanos em substituição aos indígenas que não se adaptaram a disciplina imposta pelo regime de trabalho. Além do açúcar, o algodão e o tabaco igualmente começaram a ser produzidos ainda no período colonial. O tabaco era utilizado como moeda de troca no tráfico de escravos na costa da África.

Paralelamente a produção para o mercado externo havia também a produção para o consumo, realizada dentro das grandes propriedades praticada inicialmente por indígenas e posteriormente por africanos escravizados que trabalhavam nestas propriedades. Existiam também, pequenas unidades de produção exploradas pelo proprietário e sua família, alguns auxiliares e por vezes algum escravo que produziam basicamente: mandioca, milho, arroz e feijão.

[...] na província do Rio de Janeiro, por volta de 1888, um escravo era forçado, em regra, a tratar de cerca de 7 mil cafeeiros, ao passo que anteriormente teria ao seu cargo no máximo 4,5 mil ou 5 mil pés, sobrando-lhe tempo, assim, para se ocupar da conservação dos caminhos e também das plantações de milho, feijão, mandioca, arroz e batata-doce (HOLANDA, 1995, p. 174).

---

<sup>3</sup> Plantation – sistema agrícola baseado na monocultura.

Somente no século XVIII assiste-se a uma inflexão na direção de uma maior produção para o mercado interno, com o surgimento dos núcleos populacionais que obrigam a produção de gêneros alimentícios para abastecer essas populações. Porém, a preocupação com o abastecimento interno foi alvo de medidas legais desde o início da colonização estabelecendo-se doações de terras com a obrigação de se cultivarem gêneros alimentares desde o primeiro ano da concessão (PRADO JÚNIOR, 1970).

[...] as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da **cultura rústica**, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinadas pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que nele persistem (DIEGUES, 2001, p.49).

A ascensão do capitalismo na Europa criou condições para que fossem avaliadas as formas de concessão de terras em diversos países, visto que a terra até então sinônimo de *status*, passa a ser incorporada a economia comercial como valiosa mercadoria, o que traz sérias implicações em relação aos proprietários de terras.

No Brasil, o avanço da cafeicultura provoca a reorganização e dinamização das forças produtivas e as terras devolutas são transformadas em propriedades produtivas (IANNI, 1984). Enquanto a mão de obra era, em sua maioria, escrava e os escravos se mantinham prisioneiros nas fazendas, a demanda por terras era pequena, porém, na medida em que os negros foram se tornando livres e a imigração foi aumentando (meados do século XIX), a pressão por terras exigiu que o Estado se posicionasse em relação à questão. Assim foi criada a lei de terras em 1850 que procurou ordenar uma situação de grande confusão que existia em matéria de título de propriedade no Brasil.

Segundo Prado Júnior (1960), os imigrantes que aqui chegaram, vieram por incentivo de uma política oficial de povoamento, ou pela iniciativa privada de particulares interessados na obtenção de mão-de-obra. Aqueles imigrantes que foram para o sul do país (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), encontraram facilidades para aquisição de pequenas propriedades e se estabeleceram como pequenos proprietários, e voltaram sua produção para o abastecimento do mercado interno por meio de gêneros como: vinho, cereais, aves, suínos e outros,

diferentemente dos que ficaram em S. Paulo, que se tornaram mão-de-obra para as lavouras de café. Segundo Fausto (1996), a maioria passou à condição de pequenos e médios proprietários, abrindo caminho para que seus descendentes viessem a ser figuras centrais da agroindústria paulista.

A lei de terras de 1850, fruto de disputas políticas por grupos divergentes desde o primeiro reinado, expressa as contradições básicas dos interesses da sociedade daquela época, momento em que o capitalismo estava se estabelecendo no Brasil e a burguesia surgia como classe dominante.

A lei de terras de 1850 estabelece condições em que a terra passa a integrar o mercado: traduz o crescimento da agricultura de exportação e dá sentido e define como classe aos seus proprietários. A terra é agora a medida de *status*, não mais o número de escravos (SODRÉ, 1997, p. 71).

O período predominante da economia cafeeira representa o momento em que a sociedade brasileira está em intenso processo de formação do Estado capitalista moderno. Com o estabelecimento da burguesia e o desenvolvimento da indústria o país deixa de ser essencialmente agrícola, e o setor agro-exportador deixa de ser o grande dinamizador da economia. A transferência de investimentos da agricultura para a indústria se inicia com a crise de 1929 e a revolução de 1930, que marcam o fim da oligarquia no Brasil. Fatores climáticos, fatores econômicos (crise de 1929) e consequente apoio do governo a policultura, abrem caminhos para a diversificação da produção no campo. Pela primeira vez as culturas para o mercado interno têm crescimento maior que as de exportação.

É neste momento que a estrutura fundiária também se reorganiza com o aumento do número de pequenas propriedades “e os latifúndios diminuem em termos absolutos e relativos”. Para Ianni, “as crises da cafeicultura provocaram o desenvolvimento das forças produtivas” (1997, p.36).

No segundo governo de Vargas (1937) são introduzidas mudanças na condução da política econômica em relação ao setor agrícola que também passa para o modelo de substituição de importação como forma de dar suporte ao setor urbano-industrial. Assiste-se em 1937 a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI) instituindo o crédito rural especializado, que inicia uma nova fase de assistência financeira à agricultura, lançando as bases para o fomento da nascente atividade industrial brasileira.



A política de preços mínimos foi outra política de apoio à produção, criada no Estado Novo. A Comissão de Financiamento da Produção (CFP), subordinada ao Ministério da Fazenda, foi o primeiro órgão governamental criado com o propósito de definir e dirigir a política de preços mínimos para a agricultura (Decreto-Lei 5.212, de 23.01.43). No período que vai de 1945 até o golpe em 1964, a agricultura de consumo interno recebeu um relativo apoio, a exemplo da produção de feijão que dobrou entre 1947 e 1963.

Ainda neste período é implantada oficialmente a extensão rural no Brasil (1948), que vem alicerçada por uma proposta de cunho ideológico com o objetivo de trabalhar pela promoção do homem rural, segundo modelo americano da Comissão Econômica Para a América Latina (CEPAL). Um projeto de caráter político-pedagógico que visava a expansão da lógica capitalista no meio rural. Este modelo só pode ser compreendido a partir dos acontecimentos pós-1930, que mudaram a política interna, bem como, as relações internacionais. Principalmente as relações com os Estados Unidos.

Para a agricultura o programa cepalino pressupunha que gerasse divisas; que permitissem a importação de bens de capital para a nascente indústria brasileira; produzisse alimentos a preços baixos, para não pressionar os salários urbanos/industriais; fosse fornecedor de mão-de-obra barata, para atender a demanda do setor industrial; e, ainda, que servisse de mercado consumidor para os produtos da incipiente agroindústria nacional de insumos modernos.

Durante a década de 1960 se verifica na agricultura brasileira um processo de transformação tecnológica que induz um uso mais intensivo da mecanização, aumentando substancialmente a produtividade do trabalho, incorpora o uso de fertilizantes e defensivos e, finalmente, o uso de variedades geneticamente melhoradas. Esse processo ficou conhecido como “revolução verde”.

A estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965 proporciona o crescimento e intensificação da agricultura no Brasil. Esse Sistema trouxe para o país a modernização da agricultura patrocinada pelos financiamentos que permitiram aos produtores e a agroindústria a capitalização e a integração ao processo. Assistência técnica, pesquisa, seguro, armazenagem e outras atividades são alavancadas a partir do crédito. Assim, o Brasil passa a vivenciar um processo antes nunca visto em termos de modernização da produção.

O crédito agrícola foi o vetor da modernização no Brasil. Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos articulou-se toda uma cadeia de atividades, que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país (BELIK; PAULILLO, 2001, p.03)

Estimulado pela oferta de crédito e pela expansão do mercado externo, esse setor surge como grande utilizador de máquinas, implementos, fertilizantes, defensivos etc. Durante a década de 1970, o uso de tratores na agricultura nacional dobrou e o de adubo químico quadriplicou.

No tocante a geração e transferência de recursos, a agricultura também exerceu um papel importante. O setor agrícola sofreu uma série de medidas discriminatórias (tais como sobrevalorização cambial, impostos e cotas de exportação e tarifas de importação), sendo estas responsáveis por um drástico processo de transferência de renda do setor primário da economia para os demais. Por outro lado, estas medidas também foram responsáveis pela diversificação da pauta comercial brasileira, com destaque para a crescente participação de produtos manufaturados. Conforme citado por Pastore (2005), em 1960, mais de 80% do valor das exportações brasileiras procediam da agropecuária; em 1990, essa cifra era de 29%.

Com a crise fiscal do Estado, no início da década de 80, se reduzem os investimentos e os subsídios, mudando radicalmente o padrão de financiamento. Como medida setorial mais importante nesse período, tivemos o fortalecimento da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que se constituiu no principal instrumento da política agrícola brasileira nos anos 1980.

A agricultura passa a fazer uso do estoque de capital acumulado, sobretudo nos anos 1970 quando foram atingidos ganhos substantivos de produtividade, que possibilitaram que na década de 1980, boa parte dos fazendeiros tradicionais se transformasse em empresários rurais.

Entre 1980 e 1985 o governo começa a adotar medidas que caracterizam sua intenção em promover uma política dirigida a pequenos produtores, como forma de aumentar a oferta de alimentos básicos para o consumo interno, visto que até então, um grande volume de crédito era destinado aos grandes produtores a aos produtos de exportação.

Na década de 1990, muda o padrão de financiamento da agricultura. Enquanto reação à crise fiscal dos anos 1980 e à mudança no padrão de

desenvolvimento na virada da década de 1990, o Estado brasileiro passou a privilegiar novos instrumentos de política agrícola. No lugar do clássico mecanismo de empréstimos com garantia de compra, que transferiam o risco da comercialização para o governo, foram adotados programas cujo objetivo era manter o risco com o produtor e minimizar o impacto sobre os gastos públicos.

Na década de 1990, as mudanças na economia e o desmonte do sistema de intervenção estatal predominante no pós-guerra foram complementados pela adoção de políticas neoliberais de estabilização da moeda, privatização, desregulação, abertura da economia e liberalização comercial. (DELGADO, 2008, p.18)

No período compreendido entre a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) e o final do governo Fernando Henrique Cardoso (2002), o país viveu o início da era da “globalização” adotando as medidas restritivas impostas pelos organismos internacionais em suas políticas, ditadas pelo Fundo Monetário Internacional - FMI. Os conflitos no campo se agravaram e segundo Carvalho Filho (2001) o setor rural ampliou o contingente de trabalhadores sem-terra, intensificando o êxodo rural e aumentando o desemprego.

Para atenuar os conflitos, o governo adota diversas medidas, dentre elas a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF em 1996 e do programa *Novo Mundo Rural*, cuja concretização se evidencia no segundo mandato do presidente Cardoso (1999-2002).

A elaboração do *Novo Mundo Rural* teve início em meados dos anos noventa e contou com a participação de governos estaduais, instituições de ensino superior e agências internacionais, notadamente da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Agricultura e Alimentação (FAO), do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Banco Mundial (BARQUETE, 2005).

O PRONAF foi criado por meio do decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, para atender os agricultores familiares que até então não tinham uma política específica e eram considerados “mini-produtores”.

Art. 1º - Fica criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996).

O PRONAF tem s e u s princípios norteadores alicerçados nos pressupostos da política neoliberal que privilegia racionalidade, eficiência e produtividade, promovendo o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, com juros abaixo dos praticados pelo mercado. Seus recursos são oriundos d o T e s o u r o N a c i o n a l , B a n c o N a c i o n a l d e D e s e n v o l v i m e n t o S o c i a l - B N D E S e d o F u n d o d e A m p a r o a o T r a b a l h a d o r ( F A T ) .

Anterior ao PRONAF existiu o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP, que se constituiu em importante instrumento de luta durante o período de reivindicações anterior a Constituição de 1988 e que culminou com uma proposta de crédito subsidiado para os agricultores familiares em 1993.

[...] o Ministério da Agricultura e do Abastecimento criou o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural (PROVAP), que consistia em uma linha de crédito (com juros de 4% a.a., sem correção monetária) cujos critérios de acesso eram restritos aos agricultores familiares, os quais eram classificados a partir do tamanho do estabelecimento e da mão-de-obra utilizada na produção. O PROVAP teve reduzido alcance, sobretudo por causa das rigorosas exigências impostas pelas instituições financeiras ao público-alvo (SILVA, 1999, p. 02).

Em 2000, o governo passou a subsidiar alguns programas de investimento a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, Gasques (2001) mostra que dentro do governo federal houve uma nítida mudança no perfil dos gastos em agricultura. Os dispêndios com a função “agricultura” no orçamento da União caíram de 5,75% (média do período 1980/84) para 2,11% (na média do período 1995/99), pois cresceram menos do que a média dos gastos (4,2% a.a. contra 12,2% a.a.).

Com o advento do governo Lula, eleito em 2002, observa-se uma maior tolerância em relação às reivindicações dos movimentos sociais, visto que na composição do governo e nos interesses que representa, aparecem claramente dois modelos de desenvolvimento em disputa. Um que privilegia as classes dominantes e outro que tenta incorporar o interesse das classes populares.

Moroni; Ciconello (s/d) apontam que o governo Lula trouxe para o interior do Estado todas as contradições e conflitos presentes na sociedade brasileira. Em seu desenho político/institucional há, por exemplo, um ministério que cuida dos interesses do agronegócio e outro que promove a reforma agrária e a agricultura familiar; prevalece no Ministério da Fazenda e no Banco Central uma política “antidesenvolvimento”, mas há no governo um Ministério de “Desenvolvimento” ligado à produção e um banco, o BNDES, para financiar o desenvolvimento.

Além das ações do governo, ressalta-se ainda, o trabalho de organizações não governamentais brasileiras que se propõem a assessorar e apoiar o desenvolvimento rural, como mostra o Censo 2009, que traz pela primeira vez, a agricultura familiar brasileira retratada nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O setor emprega quase 75% da mão-de-obra no campo e é responsável pela segurança alimentar dos brasileiros, produzindo 70% do feijão, 87% da mandioca, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo consumidos no país. Foram identificados 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar que representam 84,4% do total, (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (BOLETIM ELETRÔNICO EM QUESTÃO, 2009).

Assim, a agricultura familiar que ocupa cerca de um quarto da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, constitui-se no maior empregador de mão-de-obra no campo, contribuindo para o desenvolvimento do país bem como para a fixação do homem no campo; apesar das enormes dificuldades que encontram os agricultores para sobreviver por falta de políticas públicas como: educação, saúde, habitação, transporte e outras, que melhorem sua qualidade de vida e estejam voltadas para sua realidade e respeitando a sua condição de ser no mundo.

### **3 A POLÍTICA AGRÍCOLA NO BRASIL**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXIII, declara que toda a propriedade possui uma função social e dispõe, ainda, sobre a política agrícola e fundiária asseverando que a primeira deve ser compatibilizada com a reforma agrária.

Segundo Delgado (2001), as políticas para o setor da agricultura estão inscritas nas políticas setoriais e subdividem-se em: agrícola, agrária e de desenvolvimento rural. As ações de política agrícola têm íntima relação com a política macroeconômica, englobando tanto políticas de mercado (preços, comercialização, crédito), quanto às políticas estruturais (fiscal, de pesquisa tecnológica e de extensão rural, de infra-estrutura, e de recursos naturais e meio ambiente).

As primeiras iniciativas de política agrícola no país datam do período colonial, quando o Rei de Portugal, decidiu conceder áreas de terras para plantio e administrava toda a produção da então colônia. No século XIX a colônia Brasil exportava mais de 80% de tudo que era produzido em nosso território (STEDILE, 2005).

Em relação ao financiamento da agricultura, Nóbrega (1985) afirma que a primeira experiência de financiamento da agricultura no Brasil esteve relacionada ao açúcar e se deu ainda na época do Brasil colônia.

No período relativo à economia cafeeira, os comissários e exportadores assumiam o financiamento de novas plantações, porém, com a abolição da escravidão e conseqüente mudança no modelo de produção (assalariamento), os mesmos se viram obrigados a buscar recursos junto aos bancos estrangeiros, o que forçou o governo a criar uma rede bancária nacional para financiar a atividade agrícola. Foram criados então os bancos de auxílio à lavoura com recursos financeiros do exterior, para atender aos cafeicultores.

O processo de financiamento da agricultura brasileira seguiu diferentes padrões ao longo da história. No início da formação econômica brasileira, com o surgimento do ciclo do açúcar, os recursos necessários à produção desta cultura vinham de Portugal. Com a passagem da Economia Colonial para a Economia Mercantil Escravista Cafeeira, com a queda do “exclusivo metropolitano” e a formação do Estado-Nação, estava sendo formada uma nova fase da economia brasileira. No período da economia cafeeira, o financiamento da produção era realizado pelos comissários até que, com a abolição da escravatura e a necessidade de um maior volume de recursos para o setor agrícola, o Governo passou a atuar no setor com a utilização de recursos captados no exterior. No período da República, já na fase da Economia Primária Exportadora, o Governo teve uma maior atuação através das políticas de valorização do café (MASSUQUETTI, 1998, p. 14).

Na Primeira República, surgiram as primeiras experiências de intervenção direta na economia e de regulação geral de atividades, como as introduzidas no sistema financeiro. Todavia, o primeiro grande esboço de intervenção estatal na comercialização de produtos agrícolas se deu com a crise na economia cafeeira, mediante o Convênio de Taubaté (1906), assinado por São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, com o objetivo de assegurar preços mínimos e controlar a produção cafeeira (FREITAS, 2006).

Somente com a crise de 1929 quando o setor agro-exportador deixa de ser o grande dinamizador da economia, os outros setores passam a ter visibilidade. Pode-se dizer que o Estado brasileiro começa sua intervenção sistemática e direta no processo de acumulação capitalista a partir de 1930 (CIGNOLLI, 1985). Antes deste período, o Estado liberal predominava com sua premissa máxima de que o funcionamento livre e ilimitado do mercado (“mão invisível”) asseguraria o bem-estar. O segundo governo de Vargas (1937) introduz mudanças na condução da política econômica em relação ao setor agrícola que também passa para o modelo de substituição de importação como forma de dar suporte ao setor urbano-industrial, com forte migração campo cidade.

Com a aceleração do processo de industrialização e o acirramento das lutas dos trabalhadores são criadas políticas como parte de um pacto entre classes que tem como objetivo retirar da cena política, antigos atores - proprietários rurais. Neste cenário são criadas as primeiras iniciativas em termos de políticas sociais.

As políticas sociais e a formatação de padrões de proteção social são desdobramentos e até mesmo respostas e formas de enfrentamento – em geral setorializadas e fragmentadas – às expressões multifacetadas da questão social no capitalismo, cujo fundamento se encontra nas relações de exploração do capital sobre o trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p.51).

Até o início da década de 1960 o setor agrícola brasileiro era fortemente centrado em culturas de exportação como o café a cana-de-açúcar e em culturas voltadas para o abastecimento interno. A produtividade era baixa visto que se usavam técnicas tradicionais de cultivo com mão-de-obra intensiva.

É na década de 1960 que a agricultura brasileira se desenvolve e passa a adotar com mais intensidade recursos tecnológicos, como a mecanização, o uso de fertilizantes e defensivos assim como de variedades geneticamente melhoradas.

As fortes mudanças na economia introduzidas pelos militares (1965–1985) influenciaram o setor rural por meio de políticas voltadas para o setor agrícola, que passa a investir na modernização através de técnicas de cultivo e de investimento em capital humano. A chamada revolução verde modernizou a agricultura, mas não alterou a estrutura fundiária.

Segundo Leite (2001, p. 53), foi com a estruturação do Sistema Nacional de Crédito Rural em 1965 que a agricultura no Brasil cresceu e se intensificou.

Ainda na década de 1970 é criado o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER durante o governo Geisel. Este sistema era coordenado pela EMBRATER e executado pelas EMATER's – empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural nos estados.

Na área de pesquisa é criada a Embrapa em 1973, para substituir o Departamento Nacional de Pesquisa Agropecuária - DNPEA, do Ministério da Agricultura, que, até então, fazia a pesquisa agrícola do país, junto com universidades e institutos estaduais. Porém, o Programa Cepalino que orientava teoricamente as ações do governo trouxe, no seu contexto, alguns problemas graves à agricultura brasileira, sobretudo no que se refere à renda e ao aspecto distributivo.

Nesse período existia um conflito de interesses urbanos e rurais e o Governo estava sempre disposto a abafar pressões altistas de preços agrícolas, atitude que sempre tinha em vista o ajustamento macroeconômico e a estabilização dos índices inflacionários. Para acomodar esses conflitos e neutralizar pressões inflacionárias, o Governo adotou uma política de venda subsidiada de estoques e promoveu proibições e várias barreiras na exportação de produtos agrícolas. Promoveu, ainda, importações nas ocasiões de quebras de safras e criou uma série de medidas de proteção tarifária para impedir a importação de equipamentos, máquinas agrícolas e insumos químicos. Tal medida foi responsável por parte considerável da perda de



competitividade do nosso setor agrícola exportador, pois esse tinha que conviver com um vetor distorcido de preços relativos.

No início da década de 80, quando se configura a crise fiscal do Estado, a estratégia de desenvolvimento agrícola baseado no crédito rural subsidiado entra em decadência e se reduzem drasticamente os investimentos e os subsídios. A agricultura passa a fazer uso do estoque de capital acumulado, sobretudo nos anos 70 quando foram atingidos ganhos substantivos de produtividade, que possibilitaram que na década de 80, boa parte dos fazendeiros tradicionais se transformassem em empresários rurais. A partir de então surge a necessidade de fazer uso de recursos inflacionários para financiar o setor agrícola. O Governo passa a emitir títulos públicos para captar recursos para o crédito rural.

Embora o crédito rural subsidiado tenha sofrido uma queda acentuada em sua participação, a necessidade de o Brasil equilibrar sua balança de pagamentos via superávits comerciais levou o Governo a promover um grande ajuste cambial, favorecendo o setor exportador agrícola e retirando uma das distorções que mais contribuíam para a transferência de renda deste setor para os demais.

A reestruturação produtiva em curso desde a década de 1970, nos países desenvolvidos, tem impacto no Brasil, com maior evidência nos anos 90 mediante a política de abertura dos mercados, colocada em prática pelo governo Collor.

No período compreendido entre 1985 e 1995 assiste-se ao desmonte das políticas agrícolas e liberalização dos mercados. O então presidente Fernando Collor extingue a EMBRATER em 1991, e desativa o sistema SIBRATER, passando suas atribuições para a EMBRAPA e posteriormente em 1993 para a Secretaria de Desenvolvimento do Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Porém, ainda hoje, existem diversas empresas responsáveis pela extensão rural nos estados brasileiros.

A necessidade do crédito agrícola, para um aumento de produção, mostra claramente que o abastecimento mundial de alimentos depende exclusivamente de um nível de renda adequado, da manutenção das instituições de pesquisa agrícola em nível mundial e da transferência das tecnologias para o produtor rural.

Entre 1995 a 2002 houve a retomada da política de crédito com juros controlados, mas com recursos privados; desenvolvimento de mecanismos privados de escoamento e estoques da produção. Para cuidar exclusivamente do segmento

menos favorecido que são os agricultores familiares é criado em 1996 o Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Com o crescente desemprego nos anos 1990, são criadas políticas de geração de emprego e renda tanto na área urbana quanto na área rural, dentre elas podemos citar: o Plano Nacional de Educação Profissional – PANFLOR (1995), que em 1998 passou a chamar-se Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador para diferenciar-se dos programas do Ministério da Educação e Cultura - MEC e vigorou até 2002; o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, que começou a funcionar em 1995 e incorporava as modalidades urbanas e rurais e o PRONAF; o Programa de Emprego – PROEMPREGO e projetos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Com o objetivo de gerar e manter emprego e renda para as populações urbanas e rurais, o PROGER, que se constituía em um conjunto de linhas de crédito para financiar quem queria iniciar ou investir no crescimento de seu negócio, previa não só a capacitação gerencial do beneficiário, mas, acompanhamento e assistência técnica conforme citado por Castioni (2008, p.76).

Os recursos provenientes do PROGER tinham sua aplicação definida pelas Comissões Estaduais e Municipais de Emprego e através das Secretarias Estaduais e Municipais firmados convênios com Organizações Governamentais e Não-Governamentais, que capacitam trabalhadores rurais para uma nova fase do desenvolvimento capitalista.

Para o atendimento das necessidades dos agricultores familiares, foi criado o PRONAF, financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT); recursos do Tesouro Nacional e das Exigibilidades Bancárias (MCR 6.2) e Fundos Constitucionais do Centro-Oeste (FCO) e do Nordeste (FNE), com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda (BRASIL, 1996).

O governo Lula por meio do Ministério de Desenvolvimento e Reforma Agrária, recria a política de assistência técnica e extensão, com o propósito de atender à agricultura familiar, mas desconectada das organizações estaduais. Desde 2003 assiste-se ao fortalecimento da política de crédito e pequena retomada de outros mecanismos, principalmente dos direcionados à agricultura familiar (seguro agrícola, seguro de preços, compras institucionais, assistência técnica etc.).

A Política de Assistência Técnica e Extensão Rural que foi recriada no início do governo Lula e após reelaboração, é instituída em 11 de janeiro de 2010 por intermédio da lei nº 12.188 que trata da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2010).

Em seu artigo 2º a lei conceitua Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, como um serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Vale ressaltar que a PNATER foi construída com a participação dos movimentos sociais, seguindo a lógica do controle social instituído na Constituição Federal de 1988, e diretrizes emanadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, criado pelo decreto nº- 4.854, de 08 de outubro de 2003.

Os Conselhos Nacionais são instâncias que emanam as diretrizes para a formulação das políticas públicas nos Estados e Municípios a partir de uma orientação que mantêm uma relação lógica com a política econômica. É uma instância colegiada, de abrangência nacional, em cuja composição estão representados, paritariamente, órgãos governamentais, movimentos sociais e organizações da sociedade relacionadas às temáticas da promoção do desenvolvimento rural sustentável, da reforma agrária e da agricultura familiar.

Art. 1º- O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, órgão colegiado integrante da estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tem por finalidade propor diretrizes para formulação e a implementação de políticas públicas ativas, constituindo-se em espaço de concertação e articulação entre os diferentes níveis de governo e as organizações da sociedade civil, para o desenvolvimento rural sustentável, a reforma agrária e a agricultura familiar (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008)

No período compreendido entre a promulgação da Constituição Federal (1988) e a criação do CONDRAF (2003), o país viveu o início da era da “globalização” adotando as medidas restritivas impostas pelos organismos internacionais em suas políticas, ditadas pelo Fundo Monetário Internacional – FMI. Neste período, os conflitos no campo se agravaram e, segundo Carvalho Filho

(2001), o setor rural ampliou o contingente de trabalhadores sem-terra, intensificando o êxodo rural e aumentando o desemprego no campo.

Essas determinações influenciaram a criação do CONDRAF, que só foi consolidada 15 anos após a promulgação da Constituição Federal, sendo que a primeira Conferência Nacional ocorrera em junho de 2008, ou seja, 20 anos depois de instituído a prerrogativa legal de criação dos conselhos.

A I Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (I CNDRSS), promovida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf), será realizada em Olinda (PE), entre os dias 25 e 28 de junho de 2008, com o objetivo de formular uma Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Meio Rural que contemple todas as forças sociais e diversidades regionais (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2008)

A entrada do país na agenda neoliberal do FMI concorre para que várias ações dos movimentos sociais sejam desmobilizadas, o que traz como consequência um atraso na consolidação de atividades que há muito já deveria estar instituído a exemplo da PNATER.

No Estado do Pará, o Programa Estadual de ATER – PROGATER é o responsável pelo desenvolvimento da política agrícola em nível estadual, sendo constituído por diversos projetos e programas, dentre eles, o Campo Cidadão que é um programa de desenvolvimento socioambiental rural, vinculado ao Pará Terra de Direitos, direcionado para os produtores familiares, com vistas a melhorar os benefícios sociais e econômicos e a redução dos impactos ambientais ainda presentes nos atuais modelos produtivos. Esses programas chegam aos municípios paraenses por intermédio das Secretarias Municipais de Agricultura em forma de projetos diversos e são implantados nas comunidades por meio de uma política que privilegia as demandas do capital em detrimento dos interesses das populações tradicionais representada por ribeirinhos, quilombolas, indígenas e outros.

Na Amazônia, esse processo de avanço do capital sobre as formas de produzir das comunidades tradicionais ocorre desde o período colonial, quando os índios eram obrigados a cultivar a terra para a produção de excedentes com o objetivo de abastecer o mercado interno (BARBOSA, 2003), desde então, o capital vem avançando e a tecnologia utilizada se modernizando lentamente. Chegou-se ao século XXI com uma política que contempla muito mais as demandas do capital que sua população tradicional.

### 3.1 A EDUCAÇÃO COMO PARTE DA POLÍTICA AGRÍCOLA: ALGUMAS EXPERIÊNCIAS

A educação rural no Brasil surge alicerçada pela proposta de extensão rural e tinha como objetivo trabalhar pela promoção do homem rural, apoiando o processo de modernização da agricultura brasileira, quando da expansão do capitalismo no campo. Essas políticas surgem no Brasil a partir da grande depressão nos anos 30, como medidas de proteção ao trabalho.

Utilizada para difundir os conhecimentos da chamada “revolução verde”, este modelo foi disseminado por todo o país e os Estados foram criando instituições que incluíam, além dos recursos financeiros, a assistência técnica agrônômica e social.

A primeira referência sobre extensão rural, no Brasil, surge na década de 30 em Minas Gerais através da primeira semana do fazendeiro, uma iniciativa da Escola Superior de Agricultura de Viçosa – ESAV, onde técnicos e produtores reuniram-se para trocar experiências. Porém, a primeira experiência extensionista de campo foi em 1948, no interior de S. Paulo, município de Santa Rita do Passo Quatro.

Ainda em 1948 é oficialmente criada a Associação de Crédito e Assistência Rural - ACAR em Minas Gerais, idealizada segundo o modelo americano de extensão rural. Aliada a extensão rural surgiram outras propostas de educação para o homem do campo como a do Movimento de Educação de Base – MEB, que foi uma iniciativa da igreja católica, a FASE<sup>4</sup>, sindicatos rurais que tiveram sua organização legalizada em 1944 e o Movimento Brasileiro de Educação – MOBREAL (1967) dentre outros.

Pode-se considerar ainda como experiência de educação rural, o trabalho realizado pelas ligas camponesas, que tinham como objetivo organizar e levar informação aos trabalhadores rurais quanto aos seus direitos em relação à propriedade e posse das terras onde trabalhavam e aos sindicatos rurais cumpridores de importante papel no campo.

---

<sup>4</sup> Organização não governamental, sem fins lucrativos, fundada em 1961, atua em vários estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. É reconhecida como uma instituição sempre presente na trajetória das lutas da sociedade brasileira e enraizada nos principais movimentos sociais e políticos.

### 3.1.1 A Assistência Técnica e Extensão Rural como proposta de Educação

A extensão rural no Brasil surge a partir da evolução do Fomento, que tem suas origens nos fins do século XIX e seu auge entre os anos de 1930 e 1950. Implantada oficialmente em 1948, a extensão rural, preconiza o uso do crédito com o objetivo de trabalhar pela promoção do homem rural, inspirado no modelo americano de acordo com o modelo da CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina que se instala no Brasil, difundindo a ideologia de que o desenvolvimento dos países do terceiro mundo passava necessariamente por um amplo programa de substituição de importações. Esse programa tinha como objetivo possibilitar o surgimento de um setor industrial, produtor de manufaturados, que permitisse uma acumulação de capital suficiente para desencadear um processo de desenvolvimento econômico auto-sustentável e duradouro.

Proposta pelos governos locais em convênios com as agências americanas de Extensão Rural, que tinham por objetivo, difundir o modelo do Serviço de Extensão Norte-Americano, é fundada em 1948, em Minas Gerais a ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural. A partir de então, diversos Estados adotam o modelo e criam entidades nos moldes da ACAR:

A implantação de uma mentalidade extensionista no Brasil deve-se, em grande parte, ao trabalho pioneiro desenvolvido pela ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural, – fundada em 1948, em Minas Gerais. Por sua vez, a criação da ACAR foi fruto dos esforços feitos pela “American International Association,” a A.I.A., que estava empenhada em difundir o modelo do Serviço de Extensão norte-americano, como meio de ajudar o desenvolvimento econômico e social de alguns países em fase de desenvolvimento (AMBIENTE BRASIL, 2004, p. 01)

No Nordeste foi criada uma Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural – ANCAR, em âmbito regional para atender os Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia em 1954.

As ACAR eram entidades organizadas como sociedades civis, sem fins lucrativos, e contavam com um razoável esquema de controle social através de diferentes conselhos de beneficiários e patrocinadores. Todavia, no Rio Grande do Sul surge o terceiro Serviço de Extensão em junho de 1955 a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural, – ASCAR.

Com a participação técnica e financeira do ETA - “Programa de Cooperação Técnica Brasil – Estados Unidos”, foram criados e iniciaram suas atividades, em

1956, mais dois serviços de extensão: a Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Santa Catarina – ACARESC, e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná – ACARPA.

No governo do então presidente Juscelino Kubitschek (1956), foi criada a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR, constituindo um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados com o objetivo de coordenar o sistema em nível nacional; coordenar o sistema estadual e articulá-lo com o governo federal, visando, entre outras coisas, à captação e gestão de recursos da União.

Durante a ditadura, o presidente Ernesto Geisel implantou o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural que foi extinto em 1974. Em seu lugar surgiu a EMBRATER com o mesmo objetivo. Deste modo, em todos os Estados as ACAR's foram sendo transformadas em EMATER.

Como parte dos programas de ATER daquela época, durante mais de uma década, a participação do Governo Federal chegou a representar, em média, 40% do total dos recursos orçamentários das EMATER, alcançando até 80%, em alguns estados (PNATER, 2007).

Segundo Abramovay (1986) citando Jurandir Vieira (1997), na década de 70 e no período conhecido por Nova República, a extensão rural trabalhava prioritariamente com os que tinham capacidade de resposta materializada no acesso ao crédito bancário.

No entender de Pimentel (2007), com a criação do INCRA em 1970 absorvendo as atribuições do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário - INDA e consequente avaliação das ações dessas instituições, ocorre uma mudança na concepção do trabalho e se delineia uma nova estrutura de assistência técnica e extensão rural idealizada pelos técnicos da EMBRATER em cargos de direção na época, que tentaram mudar a política de assistência técnica desde a sua concepção até a avaliação, passando pela metodologia.

O alicerce da crítica ao modelo até então executado é o livro de Paulo Freire, *Comunicação ou Extensão?* Escrito no Chile em 1969, que questiona o fazer da extensão rural. Porém, foi somente com a emergência dos movimentos sociais no final da década de 1970 e início da de 1980 quando surgem o Partido dos

Trabalhadores e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que a assistência técnica e extensão rural passam por mudanças. Segundo Pimentel:

A fim de atender às demandas da reforma agrária, na Nova República, a extensão rural promoveria os ajustamentos necessários na sua estrutura, não só na expansão de seus quadros como em sua capacitação para o desempenho de suas atividades. Seria também um órgão articulador com outras entidades para o desenvolvimento de atividades junto aos agricultores (2007, p. 58).

O modelo de educação que faz uso da extensão como metodologia persiste até hoje através das EMATER existente em diversos Estados brasileiros, e de ONG'S que prestam serviço para o INCRA em assentamentos rurais e urbanos com a nomenclatura de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária - ATES, criada através da Norma de Execução nº 39 do INCRA, de 30 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União, edição de 08/05/2004 (DIAS, 2004).

Na Amazônia os serviços de extensão rural foram iniciados em 1965, com a criação da ACAR-Pará. A atual Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER – Pará, foi fundada com o nome de ACAR-Pará, em 03 de Dezembro de 1965, por determinação do Governo do Estado do Pará e pelo resultado do esforço conjunto da Secretaria de Produção, atual Secretaria de Estado de Agricultura - SAGRI, da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, do Banco de Crédito da Amazônia - BASA, da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPEVEA, atual Universidade Federal da Amazônia - UFRA, e da Delegacia Federal de Agricultura. Pelo Decreto de nº. 9958, de 29 de dezembro de 1976, a EMATER - Pará passou a ser empresa pública de direito privado, estando atualmente vinculada a Secretaria de Estado de Agricultura.

O início das suas atividades em 1965 ocorreu nos municípios de Castanhal, Bragança, Capanema, Igarapé-Açu e Maracanã, e se expandiu rapidamente a outras localidades executando diversas políticas voltadas para o desenvolvimento rural. Porém, a partir de 1970, a empresa acompanhou a dinâmica de ocupação especial e expansão da fronteira agrícola do Estado, o serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, instalou-se ao longo da Transamazônica, participou do pioneirismo de seus desbravadores e contribuiu para a consolidação de novas Agrovilas e municípios.



Em 1975, já como EMATER-Pará e com clareza de que o desenvolvimento rural não se daria única e exclusivamente pela implementação de boas técnicas de produção, atuou decisivamente na formação e no fortalecimento de conselhos comunitários e outras formas associativas, ajustando suas ações a outros condicionantes sócio-culturais, políticos e ambientais.

Atualmente, a EMATER-Pará se encontra presente em 130 municípios, atua prioritariamente com a população rural sócio-economicamente de base familiar, com o intuito de participar na promoção e animação de processos capazes de contribuir para a construção de estratégias de desenvolvimento sustentável, expandindo e fortalecendo a agricultura familiar e suas organizações, utilizando metodologias educativas e participativas, integradas ao desenvolvimento local, contribuindo para a viabilização da cidadania.

A estrutura organizacional da EMATER-Pará é constituída por um Escritório Central localizado no Município de Marituba, na Região Metropolitana de Belém; um Centro de Capacitação; uma Unidade Didática Agroecológica do Nordeste Paraense – UDB localizado no Município de Bragança. Os dez Regionais possuem sob suas responsabilidades os 130 Escritórios Locais. Todos possuem logística administrativa para efetivar as ações de campo da empresa.

### **3.1.2 A experiência das Ligas Camponesas**

A história da educação no campo também conta com outros atores, são organizações e/ou instituições que desenvolveram atividades educativas especificamente para a população rural, dentre elas podemos citar: as Ligas Camponesas surgidas no nordeste brasileiro, o Movimento de Educação de Base - MEB que foi uma iniciativa da igreja católica, a FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF e os Sindicatos Rurais.

As Ligas Camponesas se constituíram em experiências rurais de resistência ao modelo agrário de monoculturas e oligarquias exploradores no nordeste do Brasil, e seu objetivo principal era “mobilizar” os camponeses em busca de seus direitos a propriedade ou à posse das terras onde trabalhavam. Segundo Camargo (2006), as finalidades das Ligas eram prioritariamente assistenciais, sobretudo jurídicas e

médicas, e ainda de autodefesa, nos casos graves de ameaças a quaisquer de seus membros.

Foi a expansão da cultura canavieira que criou as condições para a formação das ligas camponesas na medida em que para se expandir, o cultivo da cana precisava ocupar áreas da agricultura familiar de subsistência praticada por posseiros, moradores e arrendatários.

A primeira Liga Camponesa juridicamente reconhecida surgiu em 1955, na Fazenda Galiléia, no município de Vitória do Santo Antão, a cerca de 50 km a oeste de Recife. Há referências de que outras ligas existiram na periferia do Recife no período compreendido entre 1945 e 1947, sob a influência do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A primeira Liga foi a da Galiléia, fundada a 01 de janeiro de 1955 e que se chamava Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. Foi um grupo de camponeses com uma certa experiência política, que já tinha militado em Partidos, de uma certa cabeça, que fundou o negócio [...] Jornal O Pasquim, edição de 12/01/1979.

Em 1963 foi sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural e regulamentada a sindicalização dos camponeses por João Goulart, e diversas Ligas se transformaram em Sindicatos, entretanto, com a instalação da ditadura militar em 1964, as Ligas Camponesas sofrem forte repressão, as lideranças são presas e o movimento foi desarticulado.

As Ligas Camponesas podem ser consideradas como o embrião do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST e outros movimentos políticos e sociais que lutam pela melhoria de vida do povo rural brasileiro.

### **3.1.3 O Movimento de Educação de Base**

O Movimento de Educação de Base foi uma iniciativa da Igreja Católica, por meio da Conferência Nacional de Bispos do Brasil - CNBB, com início das atividades oficialmente no ano de 1961. O MEB nasceu como um departamento da CNBB e posteriormente transformou-se em uma agência independente administrado por um conselho de bispos (Conselho Diretor Nacional – CDN).

Pode-se dizer que o embrião do MEB foram as atividades educacionais veiculadas pelo rádio, que contavam com o apoio do episcopado nas arquidioceses de Natal e Aracaju. A experiência de educação pelo rádio já vinha sendo desenvolvida na diocese de Natal, desde 1958 realizando o trabalho do Serviço de Assistência Rural – SAR, fundado em 1949 pelo bispo D. Eugênio Sales, no Rio Grande do Norte e que se concentrava em diversos pequenos projetos de desenvolvimento da comunidade.

O objetivo principal do MEB era desenvolver um programa de educação de base por meio de escolas radiofônicas com recepção organizada, principalmente nas zonas rurais das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Sua proposta, inicialmente, era alicerçada na filosofia da doutrina social católica expressa nas encíclicas papais, com o objetivo de despertar a consciência nas populações rurais, para suas condições de vida, como forma de resistir à sedução da ideologia marxista e das organizações políticas revolucionárias.

Para o desenvolvimento do plano, o MEB contou com o apoio do Governo Federal, que reconheceu sua criação através de decretos da Presidência da República, e o apoiou por meio de vários convênios, particularmente com o Ministério da Educação e Cultura.

A previsão inicial, para um programa de cinco anos (1961-65), era instalar 15.000 escolas radiofônicas, a partir das emissoras filiadas à RENECA — Representação Nacional das Emissoras Católicas. Objetivava-se também organizar, a partir das escolas, grupos e as próprias comunidades, tendo em vista "as indispensáveis reformas de base, como a da estrutura agrária" (MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE, 1961).

Segundo Kadt (2007), durante a campanha para a Presidência da República em 1960, D. Távora e Jânio Quadros discutiram a possibilidade da Igreja organizar este tipo de educação pelo rádio em maior escala, por todo o país. Tal propósito se confirmou em 11 de novembro de 1960 quando em carta D. Távora propôs formalmente a ideia ao então presidente Jânio Quadros que cerca de 4 anos depois, assinou o Decreto Presidencial nº 50.370, de 21 de março 1961. Responsabilizando o MEB pela organização das escolas radiofônicas nas áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país; deixando as despesas a cargo do governo federal.

A equipe que operacionalizava o projeto era composta de professores, supervisores, locutores de rádio remunerado e pessoal auxiliar que elaborava os programas diários, os executava e supervisionava sua aplicação nas escolas radiofônicas – dos líderes comunitários e dos monitores que faziam a ponte entre a equipe e os camponeses beneficiários.

As classes eram compostas de 10 a 15 alunos, a maioria entre 15 a 30 anos, residentes em uma mesma comunidade que se reuniam em escolas ou na residência do monitor para assistir as aulas. Segundo Santos (2002), havia 6.218 escolas radiofônicas. Em dois anos o MEB cresceu 536,36%, saindo de 11 para 59 unidades.

Inicialmente, as ações do MEB eram orientadas teoricamente pela doutrina social da igreja, porém, com o tempo essa orientação foi repensada pelo líderes e em dezembro de 1962 durante um encontro na cidade de Recife, as lideranças do MEB, deram início a uma reinterpretação mais específica ao seu papel, introduzindo uma nova postura progressista cristã no trabalho efetivo com os camponeses. Assim, os objetivos e os métodos do MEB foram sendo gradativamente transformados. A partir de então, a educação de base deveria orientar o camponês sobre as condições humanas, comportamento social, trabalho, família e organização social e política.

Além do trabalho de educação por meio do rádio o MEB foi importante no incentivo a criação de diversos sindicatos no Brasil. Porém, com o golpe militar em 1964 novamente o MEB foi obrigado a transformar seus objetivos e métodos. Com a repressão muitos educadores foram presos e torturados, e na segunda metade do ano de 1966 foi desativado.

#### **3.1.4 A Fase**

No campo da educação rural informal, ressalta-se ainda, o trabalho de organizações não governamentais brasileiras que se propõem a assessorar e apoiar o desenvolvimento rural através da socialização de informações. Uma dessas organizações é a FASE, que a partir da observação de que os recursos destinados às entidades de base eram, em parte, desperdiçados por falta de assessoria técnica, administrativa e financeira, é criada em 1961, com o objetivo de congregar entidades isoladas, inter-relacionando em prol do bem comum.

O trabalho realizado pela FASE se materializava mediante projetos ditos de “desenvolvimento” e de “educação visando à conscientização e a organização dos trabalhadores e dos setores priorizados”. Assim, segundo a revista Proposta (junho/julho, 1999), em poucos anos a FASE, através da capacitação de recursos humanos treinou centenas de comunidades e milhares de pessoas.

#### **3.1.5 Os Sindicatos Rurais**

Os primeiros sindicatos a se organizarem no Brasil foram os da agricultura e indústrias rurais em 1903, porém, o direito a organização sindical só é reconhecido em 1907 com a promulgação do Decreto n. 1637, que facultou a todas as classes de trabalhadores a formação de sindicatos.

Os sindicatos de trabalhadores rurais foram regulamentados formalmente em 1944, durante o Estado Novo, por meio do Decreto-Lei n.º 7.038 de 10/11/1944, atrelados à estrutura sindical oficial determinada pela Consolidação das leis do Trabalho – CLT. Este mesmo decreto estabelecia que 5 sindicatos poderiam formar uma Federação e três Federações poderiam criar uma Confederação.

Em seu Artigo I, o decreto que criou os sindicatos dizia: “A todos os que exercem atividades rurais, seja como empregador, seja como empregados é

permitido formar associações com a finalidade de estudo, defesa e coordenação de seus interesses econômicos ou profissionais”.

Com a regulamentação via decreto, no final da década de 40, surgiram as primeiras organizações de trabalhadores no campo, e aos poucos foram sendo criados outros sindicatos rurais. Em 1954 foi criada a União dos Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

Os padres tiveram papel de destaque na formação de sindicatos rurais a partir do trabalho que desenvolviam nas comunidades. Sob a coordenação de padres da Igreja Católica é criado em 1961 o Serviço de Orientação Rural de Pernambuco (SORPE), com a finalidade de organizar os trabalhadores rurais em torno de cooperativas e sindicatos. A partir desse serviço e dos sindicatos fundados pelo SORPE, se criou em junho de 1962, a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco. Em 1963 foi criada a Confederação dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.

Os primeiros anos da década de 1960 são prósperos na criação de sindicatos e a partir de então, cresceu rapidamente o número de sindicatos, conforme aponta Ianni:

Em 1963, por exemplo, havia 270 sindicatos rurais reconhecidos e 557 aguardando reconhecimento; e um total de 10 federações rurais já reconhecidas e 33 aguardando reconhecimento. Nesse mesmo ano, eram 218 as ligas camponesas em funcionamento em todo o País, sendo que havia 64 em Pernambuco, 15 na Paraíba, 15 em São Paulo, 5 no Rio Grande do Sul, 8 no Pará, além de outras dispersas pelos outros Estados (IANNI, 2004, p.284).

A partir de 1965 o regime militar unifica todas as categorias numa única forma organizativa: o Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR, sendo que a nível estadual, criava-se a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura - FETAG's.

Com o redimensionamento das relações de trabalho e produção no campo, nos anos 1970, emergem novos atores no início dos anos 1980, apontando as contradições na forma de fazer política das instituições de representação da categoria, apontando novas formas de organização do trabalhador rural. Com isso os STR's permanecem em grande número pelo Brasil a fora, porém, com pouca expressão em sua atuação. Abandonou a sorte os assalariados rurais que vivem uma nova relação de trabalho em um mercado fortemente capitalista e nem mesmo a bandeira da luta pela terra consegue carregar.

#### **4 O PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE TOMÉ-AÇU E DA COMUNIDADE DE MARUPAÚBA**

A Amazônia sempre foi alvo de cobiça pelos estrangeiros. Desde o período colonial, diversos povos tentaram se estabelecer na região para explorar suas riquezas. Dentre esses povos destacamos os japoneses que migraram para diversos municípios na Amazônia dentre eles o município de Tomé-Açu.

A imigração de japoneses para o Brasil iniciou-se oficialmente em 1908, num período em que o Japão precisava escoar o excedente populacional e resolver seus problemas internos decorrentes da reforma política da Era Meiji - de 1868 a 1912, marcando o início da Era Moderna no Japão -, e quando o Brasil demandava por mão-de-obra imigrante (SASAKI, 2006, p.02).

A política de imigração japonesa no Brasil esteve amparada pelo Decreto nº 528, de 28 de junho de 1890, que regulamentava a entrada de imigrantes no País. Na época, tanto o Japão quanto o Brasil, tinham interesses alicerçados por objetivos que atendiam a política em vigor.

Diferentemente de outros povos que migraram para o Brasil, os japoneses tiveram a sua vinda tutelada pelos dois países. Aqueles que vieram entre 1924 e 1941 estavam amparados pela imigração oficial, com passagem subsidiada e já com os lotes de terras determinados.

Na Amazônia, a imigração japonesa teve início em 1915 quando japoneses estiveram tentando estabelecer núcleos de migrantes nessa região.

Ao emergir como potência industrial do capitalismo e começar a disputar espaço de ação imperialista, o Japão também avança sobre a Amazônia, procurando condições quer para participar da exploração dos seus recursos naturais, quer para o assentamento de colonos (LEAL, 1991, Paginação Irregular).

No Estado do Pará, o interesse do governo em ocupar novos espaços levou a oferta de terras situadas às margens dos rios Capim, Moju e Acará e a opção dos japoneses pelas terras em Acará se deveu ao fato de seus rios terem maior profundidade, o que favorecia a navegação, e seu terreno ser menos ondulado nas margens (HOMMA, 2007).

As terras que hoje constituem o Município de Tomé-Açu foram desmembradas do Município do Acará, em 17 de março de 1959, pela Lei nº 1.725, pelo então Governador do Estado Luis Geolás de Moura Carvalho, após reivindicação da população residente na localidade, tendo o município sido devidamente instalado em 01 de setembro de 1959.

O Município é resultado da expansão imperialista dos países desenvolvidos ocorrida após a Primeira Guerra Mundial através de um acordo entre os governos brasileiro e japonês, alicerçado por um contexto de mudanças no Japão quando da passagem do regime feudal a sociedade industrial capitalista; o aumento da pressão demográfica e a falta de recursos primários básicos (HOMMA *apud* SAITO; MAEYAMA, 2007).

Tomé-Açu fica distante da capital Belém cerca de 216 km, está localizado na região nordeste do Estado do Pará, pertence à Microrregião de Tomé-Açu (Vale do Acará) e seus primeiros habitantes foram os índios Tembés. A população residente no município em 2007, segundo o IBGE elaboração SEPOF/DIEPI/GEDE, é de 47.081 habitantes sendo 24.045 homens e 22.621 mulheres. Destes, 28.451 residem na área urbana e 18.630 na área rural.

Os primeiros japoneses chegaram a Tomé-Açu em 11 de abril de 1929 e a partir de 1º de junho do mesmo ano, deram início às atividades da Nantaku, empresa japonesa responsável pela instalação dos primeiros imigrantes naquela região (HOMMA, 2007, p. 91). As primeiras famílias chegaram a Tomé-Açu em 22 de setembro de 1929, num total de 43 (HOMMA, 2007).

As práticas agrícolas desses migrantes se fundamentavam no cultivo e plantio de culturas de valor comercial com aporte dos governos do Japão e do Brasil, o que contribuiu decisivamente para a fixação dos mesmos em Tomé-Açu.

Com a II Guerra Mundial e conseqüente declaração de guerra entre Brasil e Japão, a colônia de Acará (atual município de Tomé-Açu) foi transformado em Colônia Estadual de Tomé-Açu – CETA, um campo de confinamento criado pelo governo estadual para controlar a administração da colônia japonesa de Acará que trouxe grandes prejuízos aos imigrantes japoneses lá radicados. Muitos migraram para outras regiões e outros, retornaram para seu país de origem. Em 1942, apenas 49 famílias permaneceram na região. Tomé-Açu permaneceu sob a administração da CETA até 1949.



Ainda em 1949 é instalada a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu - CAMTA, por 76 associados que integravam a “Associação dos Lavradores” fundada em 1946. A CAMTA foi criada pelos imigrantes japoneses para atender suas necessidades imediatas e, hoje, produz polpa de frutas para o mercado interno e externo; recebe e vende pimenta-do-reino e cacau e promove o desenvolvimento de novos produtos.

C.A.M.T.A apóia e promove agroflorestamento em Tomé-Açu, que é a melhor forma de produção estável e a longo prazo para agricultura em Tomé-Açu, assim como para o meio ambiente da Amazônia. Para manter o mercado estável de produtos frutíferos, que é sistematicamente combinado com a pimenta-do-reino e cacau, C.A.M.T.A construiu uma fábrica de processamento de polpa de frutas. Devido à comunicação mais estreita com os cooperados, a C.A.M.T.A tem sido capaz de conseguir produtos de alta qualidade, pois a C.A.M.T.A é responsável por todos os serviços desde a seleção de materiais até os serviços aos clientes (C.A.M.T.A, 2009).

A expansão da cultura da pimenta-do-reino em Tomé-Açu se deve ao fato de, durante a II Guerra Mundial, as plantações dessa cultura na Malásia e Indonésia terem sido destruídas para dar lugar à produção de alimentos básicos, favorecendo a exportação deste produto para países como a Argentina e a Alemanha.

A prosperidade dos colonos japoneses em função dos preços da pimenta no mercado internacional dinamizou o comércio mediante a compra e venda de maquinarias agrícolas e fertilizantes, bem como promoveu o intercâmbio de mão-de-obra entre diversos municípios no Estado.

A mão-de-obra utilizada nos pimentais em Tomé-Açu durante muito tempo foi procedente dos municípios de Cametá, Baião e Mocajuba (HOMMA *apud* NAGAI, 2007). Os trabalhadores viajavam em pequenas embarcações e levavam dias para chegar ao seu destino. Muitos desses trabalhadores mudaram definitivamente para Tomé-Açu e hoje seus descendentes constituem parte da população local.

Tomé-Açu liderou durante os anos 80 o *ranking* de maior produtor de pimenta-do-reino no Estado, e ficou conhecido como a terra da pimenta, contribuindo para que o Brasil alcançasse nos anos de 1980, 1982 e 1984 a posição de maior exportador mundial de pimenta-do-reino, graças à produção paraense.

Com a quebra da produção devido ao ataque do *Fusarium*<sup>5</sup>, a produção de outras culturas como maracujá, acerola, cupuaçu, coco e outros se expandiu

---

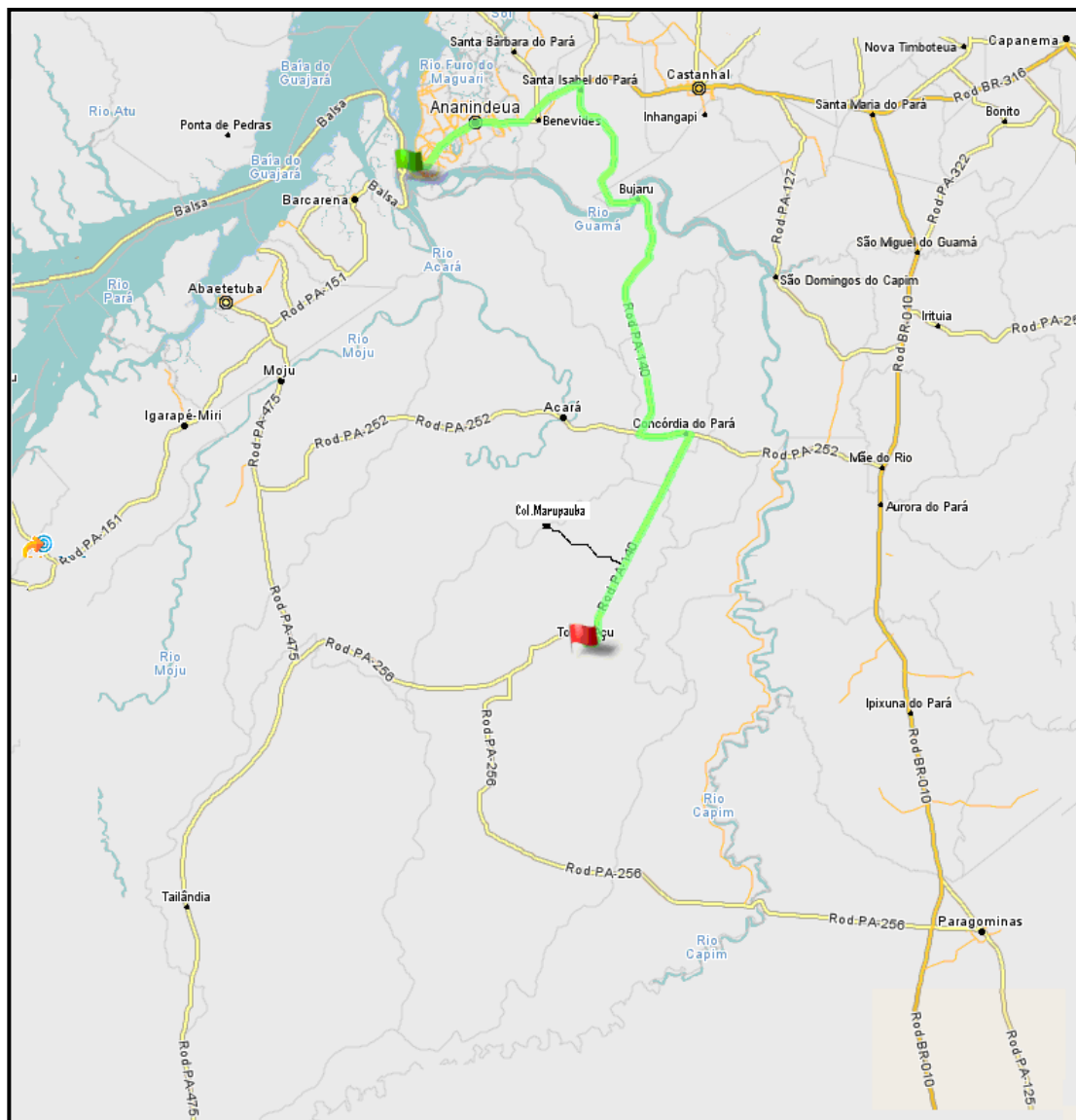
<sup>5</sup> *Fusarium* – gênero de fungo patógeno da pimenta-do-reino.

despontando como uma tendência a ser seguida pelos produtores que utilizam a técnica de consórcio em suas propriedades. Porém, a economia do município também conta com outras atividades que lhes dá sustentação como: a pecuária, o extrativismo, a indústria madeireira e etc.

Com o desenvolvimento agrícola promovido pelos japoneses na região, desde sua chegada em 1929, a população do município cresceu em linha ascendente. Tomé-Açu é um município que por suas peculiaridades atrai migrantes de todas as partes do país. A grande quantidade de madeira de lei existente no município até a década de 90, fez com que muitos nordestinos (alagoanos, capixabas, baianos, maranhenses e cearenses) e sulistas (paranaenses e catarinenses) viessem para o Município explorar essa riqueza e fixassem residência, tornando-se alguns prósperos empresários, dinamizando a economia ao lado dos japoneses.

Se uma das conseqüências da inclusão do Brasil à nova Divisão Internacional do Trabalho pela industrialização – a ligação terrestre da Amazônia com o Centro-Sul – permitiu o apossamento das terras ao Sudeste da Região, ao longo da rodovia por oportunistas, investidores e aventureiros do Centro e do Sul, as conseqüências do golpe militar foram muito mais amplas (LEAL, 1991).

O acesso ao município até a década de 1970 se dava exclusivamente por via fluvial. Os japoneses e nipo-brasileiros possuíam embarcação própria. Navios a vapor que faziam a viagem Belém/Tomé-Açu/Belém, com duração média de 12 horas. Nestes navios, via de regra, apenas os japoneses tinham acesso, a população local viajava em barcos menores com tempo de viagem maior, cerca de 20 horas. Somente em dezembro de 1973 é inaugurada a rodovia que liga Tomé-Açu a Belém e permite acesso a outros municípios, facilitando assim a entrada de novos migrantes.



**Fotografia 02:** Malha municipal digital do Brasil: situação em 2006. Rio de Janeiro:  
**Fonte:** IBGE (2008)

Com a decadência da produção madeireira a partir dos anos 2000, muitas indústrias madeireiras (serrarias) fecharam e os proprietários passaram a investir em outras atividades econômicas. Ainda hoje existem cerca de 30 dessas indústrias em atividade no município, sendo a grande maioria de propriedade de capixabas (dados conferidos pela pesquisadora, 2009).

O fato de Tomé-Açu ter fronteira com o Município de Ipixuna, onde a Companhia Vale explora minério (caulim) e o mineroduto atravessar suas terras em direção ao porto de Barcarena, faz com que a economia do município se beneficie deste investimento. Durante a construção do mineroduto nos anos de 2005 a 2008, cresceu enormemente a procura por vagas em hotéis e aluguel de casas para alocar

trabalhadores, causando aumento no preço dos aluguéis em uma cidade com pouca infra-estrutura.

A proximidade com empreendimentos que beneficiam e cultivam dendê (AGROPALMA e BIOPALMA) para extração de óleo vegetal influencia o imaginário popular e a população carente de trabalho no município sonha com a inclusão em um desses projetos. Os trabalhadores com menor qualificação são aproveitados na produção e plantação de mudas do dendezeiro, e ainda, para colher os frutos recebendo remuneração por quilo colhido. Diversos empresários também plantam dendê para revender a indústria, incluindo a cultura do dendê entre os principais produtos das lavouras permanentes entre os anos de 2003 e 2006 no município (IBGE/PAM. Elaboração SEPOF/DIEPI/GEDE, 2008).

As populações tradicionais ribeirinhas e outras que migraram para o município, atraídas pela oportunidade de trabalho nos empreendimentos japoneses ou na indústria madeireira, devido ao avanço do capital no campo e o fim do ciclo da madeira, foram expropriadas do processo de produção e se encontram espalhadas por diversas comunidades e bairros periféricos, gerando um quadro de exclusão social grave. Uma população “sobrante” que não encontra mais trabalho nas serrarias e que não tem a devida qualificação para acessar as vagas nas propriedades agro-industriais e pecuárias, onde os postos de trabalho são reduzidos e ocupados por peões de outros estados com maior qualificação profissional. Alguns se incluem na produção de carvão vegetal decorrente das sobras de madeiras do processo de beneficiamento e outros ainda, somente encontram trabalho durante as safras agrícolas.

Essa população vive à mercê das políticas públicas e de governo, em um município que reflete a realidade brasileira, em termos de desigualdade social, injustiça na distribuição de renda e políticas públicas fragilizada, ficando o social subjugado ao mercado. Conforme Nogueira (2005) não pode haver Estado Democrático que se afirme sem cidadania ativa e sociedade participante, mas a ausência de Estado reduz o social a mero mundo dos interesses.

Existem ainda, aqueles migrantes que atraídos pelo baixo preço das terras, venderam suas propriedades em seus Estados de origem e compraram lotes de terra passando a se constituir em pequenos proprietários geralmente produzindo cacau, pimenta-do-reino, gado, cupuaçu e outras culturas ligadas à fruticultura.

Diversos assentamentos e acampamentos estão localizados nas terras do município e se constituem em uma preocupação a mais para os governantes municipais. Nestes assentamentos e acampamentos é comum encontrar grande número de nordestinos expropriados, que vieram para a Amazônia em busca de melhoria de condições de vida, o que justifica o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH, que está abaixo de outros municípios no Estado, conforme figura 03:

IDH	Anos			
	1970	1980	1991	2000
IDH – M	0,409	0,509	0,509	0,676
IDH – M Longevidade	0,389	0,533	0,597	0,684
IDH – M Educação	0,426	0,493	0,558	0,743
IDH – M Renda	0,412	0,500	0,373	0,600

Fonte: PNUD/IPEA/FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO  
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

**Fotografia 03:** Índice de Desenvolvimento Humano – IDH – 1970/1980/1991/2000

Ultimamente a região onde Tomé-açu está localizado foi escolhida como piloto para a implantação de projetos de produção de frutos do dendezeiro e indústrias de extração de óleo de dendê, incluindo os agricultores familiares como produtores, financiados pelo PRONAF Dendê, criado exclusivamente para esse fim. Segundo o portal do governo do Estado do Pará, as regiões Tocantins, Capim e Guamá, no Pará, serão o maior pólo produtor de óleo de palma do mundo. Tomé-Açu é o epicentro desse pólo. É a capital da bioenergia sustentável (05.05.2010). O lançamento do Programa Nacional de Óleo de Palma, que prevê a produção de biocombustível pela Petrobrás a partir do óleo de palma ou dendê (*Elaeis guineensis*), contou com a participação do presidente da república e da governadora do estado que estiveram em Tomé-Açu no dia 06.05.2010 em grande evento.

#### 4.1 OS DADOS ECONÔMICOS

Segundo dados da SAGRI - Secretaria de Agricultura do Estado do Pará (2010), a agricultura é uma das mais importantes fontes de geração de trabalho e renda para a população do município de Tomé-Açu, dado, principalmente, a sua significativa participação no valor bruto da produção (62% do setor agropecuário). É importante destacar que outras atividades econômicas também têm desempenho

positivo, a exemplo da extração e beneficiamento de madeira. Entretanto, a atividade agrícola situa-se como base de sustentação da socioeconômica do município. Esse fato pode ser explicado com base em informações geológicas, do solo e de sua topografia.

O potencial natural do solo, aliado às oportunidades e potencialidades de mercado, política de crédito, e potencial cultural foram determinantes para que o Município, a partir da década de 1980 e durante a década de 1990, mudasse da monocultura da pimenta-do-reino para sistemas heterogêneos, como a fruticultura, conforme figura 04:

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (tonelada)				Valor (mil reais)			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Banana	50	50	500	300	500	500	5.000	3.000	125	125	2.500	1.500
Borracha ( látex coagulado)	1.000	1.000	1.000	1.000	500	500	500	500	500	600	800	800
Cacau (em amêndoa)	2.155	2.155	2.048	3.048	1.185	1.185	1.259	1.874	4.503	4.503	3.777	5.247
Café (em grão)	13	13	13	13	13	13	13	13	13	20	13	13
Côco da Baía <sup>(1)</sup>	200	300	1.600	1.600	1.600	2.400	6.400	6.400	240	360	2.560	2.560
Dendê (coco)	600	600	1.000	2.500	6.000	6.000	10.000	37.500	492	552	1.250	5.063
Laranja	8	8	150	150	96	96	1.800	1.800	3	13	270	540
Limão	44	44	44	44	484	484	484	484	242	242	242	242
Maracujá	250	250	350	350	2.250	2.250	3.500	3.500	788	788	1.050	1.750
Pimenta-do-Reino	2.300	2.300	2.000	2.000	4.600	4.600	4.000	2.000	13.340	12.650	8.000	9.000
Urucum (semente)	81	81	50	50	48	48	40	40	96	96	68	68

Fonte: IBGE/PAM  
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE  
(1) – Quantidade Produzida em Mil Frutos

**Fotografia 04:** Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes 2003-2006.

O Município, ainda segundo dados da SAGRI foi o maior produtor de acerola, cupuaçu e pimenta-do-reino do Estado no ano de 2003, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da economia paraense. Observa-se um decréscimo na produção de madeiras em tora devido à exploração ocorrida ao longo do tempo comprometendo a cobertura vegetal. Segundo informações da Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF em sua estatística municipal – 2008, a alteração da cobertura vegetal natural de Tomé-Açu foi calculada em 40,90%, segundo levantamento realizado com imagens LANDSAT-TM, do ano de 1986. Tabela figura 05 mostra o decréscimo na produção de madeiras em toras entre os anos de 2001 e 2006, o que justifica a grande alteração na cobertura natural do município.

Produtos	Quantidade Produzida (t)						Valor (mil reais)					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2001	2002	2003	2004	2005	2006
ALIMENTÍCIOS												
Açaí (fruto)	214	198	198	214	214	225	96	111	111	96	96	112
Castanha do Pará	-	-	-	85	85	90				60	60	72
MADEIRAS												
Carvão Vegetal	147	2.431	2.431	13	13	14	62	681	681	4	6	7
Lenha (m³)	21.412	17.365	17.365	2.520	2.520	2.650	214	122	122	21	21	24
Madeira em Tora (m³)	186.314	46.345	46.345	32.165	32.165	32.800	8.570	2.317	2.317	2.252	2.252	2.460

Fonte: IBGE  
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

**Fotografia 05:** Quantidade e valor dos produtos da extração vegetal 2001 – 2006.

O Município também promove a agricultura sustentável<sup>6</sup>, conservando floresta e praticando agroflorestamento, por meio da técnica de consórcio muito utilizada inicialmente pelos agricultores nipônicos e que vem se expandindo para outros agricultores na região.

Os sistemas agroflorestais preconizam a maximização do uso da terra pela diversificação de cultivos, passando por culturas de ciclo curto (feijão, milho, arroz), de ciclo médio (maracujá, mandioca, mamão) e ciclo longo (cacau, pimenta-do-reino, cupuaçu, e essências florestais).

Em termos de área colhida, observa-se a expansão das culturas de cacau (em amêndoas), dendê (côco) e laranja entre os anos de 2003 a 2006, conforme IBGE/PAM. Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE - em sua estatística municipal – 2008 de acordo com tabela figura 06:

Produtos	Área Colhida (ha)				Quant. Produzida (tonelada)				Valor (mil reais)			
	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006	2003	2004	2005	2006
Banana	50	50	500	300	500	500	5.000	3.000	125	125	2.500	1.500
Borracha ( látex coagulado)	1.000	1.000	1.000	1.000	500	500	500	500	500	600	800	800
Cacau (em amêndoa)	2.155	2.155	2.048	3.048	1.185	1.185	1.259	1.874	4.503	4.503	3.777	5.247
Café (em grão)	13	13	13	13	13	13	13	13	13	20	13	13
Côco da Baía <sup>(1)</sup>	200	300	1.600	1.600	1.600	2.400	6.400	6.400	240	360	2.560	2.560
Dendê (coco)	600	600	1.000	2.500	6.000	6.000	10.000	37.500	492	552	1.250	5.063
Laranja	8	8	150	150	96	96	1.800	1.800	3	13	270	540
Limão	44	44	44	44	484	484	484	484	242	242	242	242
Maracujá	250	250	350	350	2.250	2.250	3.500	3.500	788	788	1.050	1.750
Pimenta-do-Reino	2.300	2.300	2.000	2.000	4.600	4.600	4.000	2.000	13.340	12.650	8.000	9.000
Urucum (semente)	81	81	50	50	48	48	40	40	96	96	68	68

Fonte: IBGE/PAM  
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE  
(1) – Quantidade Produzida em Mil Frutos

**Fotografia 06:** Área colhida, quantidade produzida e valor da produção dos principais produtos das lavouras permanentes 2003 – 2006

<sup>6</sup> Agricultura sustentável – é um conceito que implica aspectos políticos e ideológicos que tem a ver com o conceito de cidadania e libertação dos esquemas de dominação impostos por setores de nossa própria sociedade e por interesses econômicos de grandes grupos, de modo que não se pode abordar o tema reduzindo outra vez as questões técnicas (Francisco Caporal).

A estrutura bancária no município é representada por 03 instituições financeiras: Bradesco, Banco do Brasil e Banco da Amazônia. Em 2009 foi instalado um posto da Caixa Econômica Federal. Tabela figura 07.

<b>OPERAÇÕES REALIZADAS EM 2003</b>	<b>VALORES (R\$)</b>
<i>Operações de Crédito</i>	35.348.007,62
<i>Depósitos à vista - governo</i>	2.598.047,68
<i>Depósitos à vista - privado</i>	15.202.165,26
<i>Poupança</i>	11.179.690,66
<i>Depósitos a prazo</i>	7.309.574,16
<i>Obrigações por recebimento</i>	7.983,68

**Fotografia 07: Instituições Financeiras 2007/Tomé-Açu – PA**  
**Fonte:** Banco Central do Brasil, Registros Administrativos (2007)

De acordo com o IBGE, o Município no ano de 2006 em sua estrutura empresarial apresentava 519 empresas, sendo 21 explorando a agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal; 87 Indústrias de transformação; 03 na produção e distribuição de eletricidade, gás e água; 08 no ramo da construção; 247 comércios, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; 11 no setor alojamentos e alimentação; 20 no transporte, armazenagem e comunicações; 17 na intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados; 15 em atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; 02 em administração pública, defesa e seguridade social; 18 em educação; 04 na saúde e serviços sociais e 66 em outros serviços coletivos, sociais e pessoais.

<b>TOMÉ-AÇU – PA ESTRUTURA EMPRESARIAL 2006</b>	<b>UNIDADES LOCAIS</b>
<i>Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal</i>	21
<i>Indústrias de transformação</i>	87
<i>Produção e distribuição de eletricidade, gás e água</i>	03
<i>Construção</i>	08
<i>Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos</i>	247
<i>Alojamento e alimentação</i>	11
<i>Transporte, armazenagem e comunicações</i>	20
<i>Intermediação financeira, seguros, previdência complementar e serviços relacionados</i>	17
<i>Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas</i>	15
<i>Administração pública, defesa e seguridade social</i>	02
<i>Educação</i>	18
<i>Saúde e serviços sociais</i>	04
<i>Outros serviços coletivos, sociais e pessoais</i>	66

**Fotografia 08: Estrutura Empresarial 2006**  
**Fonte:** IBGE, Cadastro Central de Empresas 2006



Dentre as indústrias de maior expressão no Município encontra-se a Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu - CAMTA, administrada por filhos de migrantes japoneses e inscrita na Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB.

A pecuária é uma das atividades mais promissoras no Município e, segundo informações constantes no *site* da prefeitura, conta com cerca de 150 fazendeiros vindos das regiões sul e sudeste, atraídos pelos baixos preços das terras na região. Conforme a tabela evidenciada na fotografia 09:

Rebanhos	Efetivo					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Bovinos	150.000	154.320	161.041	140.268	149.572	157.000
Suínos	3.495	3.610	3.780	3.700	3.990	4.130
Bubalinos	245	262	285	312	330	350
Equinos	1.492	1.502	1.134	1.122	1.250	1.300
Asinino	115	123	1	23	806	846
Muare	408	414	300	385	498	537
Ovinos	1.435	1.439	442	500	1.358	1.420
Caprinos	92	96	157	365	1.723	1.850
Galinhas	89.625	92.480	93.195	84.122	88.600	93.030
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	45.086	49.142	51.212	48.144	51.200	53.760
Vacas Ordenhadas	2.600	2.650	3.214	2.518	2.600	2.715

Fonte: IBGE/PPM  
Elaboração: SEPOF/DIEPI/GEDE

**Fotografia 09:** Principais rebanhos existentes 2001 – 2006.

Os dados econômicos acima servem de referência para o quadro abaixo que traduz em números as receitas municipais (Fonte: TCU. Elaboração SEPOF/DIEPI/FEDE).

Receitas Municipais	2002	2003	2004	2005	2006
<b>Receita Corrente</b>	23.077.008,97	23.497.580,38	26.427.478,58	32.076.973,14	-
<b>Receita Tributária</b>	1.103.642,40	662.637,46	863.202,11	1.514.074,06	-
Impostos	387.607,08	438.531,20	637.624,10	1.334.188,46	-
<i>IP</i> TU	10.163,95	1.647,78	3.206,61	84.480,12	-
<i>ISSQN</i> (1)	186.942,84	206.748,12	365.095,81	849.211,12	-
<i>IT</i> BI	3.598,00	7.464,42	6.810,00	14.437,98	-
<i>IR</i> RF	186.902,29	222.670,88	262.511,68	386.059,24	-
Taxas	716.035,32	224.106,26	225.578,01	179.885,60	-
<b>Outras Receitas Próprias</b>	1.805.453,54	1.202.096,40	2.713.629,39	1.398.354,86	-
<b>Receitas Transferidas</b>	7.229.408,54	21.632.846,52	22.850.647,08	29.164.544,22	-

Fonte: TCU  
Elaboração e Cálculo: SEPOF/DIEPI/GEDE  
(1) Até o ano de 2001 a sigla desse imposto era ISS.  
Nota: O total da Receita Própria equivale a soma da Receita Tributária e Outras Receitas Próprias.

**Fotografia 10:** Receitas Municipais 2002 – 2005.

Os interesses que motivaram a vinda dos japoneses para a Amazônia, tanto por parte do governo brasileiro quanto japonês, foram determinantes para explicar o

tipo de exploração econômica e a constituição social e política do município de Tomé-Açu.

A condição de servidão como a Amazônia se inclui ao mercado nacional, supridora de matérias - prima extrativa e importadora de produtos manufaturados leva a reboque todos os municípios que fazem parte dessa região, e Tomé-Açu não se constitui em exceção.

A produção, pelos imigrantes japoneses, para o mercado internacional de produtos como cacau e pimenta-do-reino, não foi suficiente para suplantar a extração de madeiras nativas da região, mesmo com toda a pujança da pimenta-do-reino. Isso se deve ao fato da região ter “vocaçãõ histórica” para o extrativismo, pois, quando os japoneses chegaram àquela região já se extraía madeira. A pesquisa revelou que 100% dos agricultores entrevistados, além da atividade agrícola, extraíam madeira da floresta para venda no mercado. Constituindo-se, assim, em uma atividade que gerava emprego e renda também para os agricultores familiares.

A produção agropecuária<sup>7</sup> do município conta com uma única indústria de beneficiamento que processa polpa de frutas e comercializa tanto no mercado nacional como internacional. A pimenta do reino e o cacau são comercializados “*in natura*” não havendo indústria de beneficiamento desses produtos no município. O mesmo acontece com a pequena produção de leite de vaca que é comercializado por uma indústria no município vizinho, não havendo investimento em laticínios.

É frequente encontrar no município homens que vieram para a Amazônia trabalhar em grandes projetos como peões, após a demissão, foram buscar trabalho nos empreendimentos japoneses, constituíram família, fixaram residência e hoje vivem como agricultores familiares: “*Eu vim trabalhar no JARI e fiquei animado prá morar no Pará. Cheguei em Tomé-Açu no dia 23/03/1982*” – agricultor familiar.

O município sempre teve um alto índice de violência e prostituição devido se constituir em enclave aonde aventureiros chegam a busca do eldorado, exploram as riquezas naturais e a população local vai ficando à margem do processo em uma sociedade fortemente marcada por estruturas hierárquicas verticais, próprias da sociedade brasileira e amazônica, onde impera a lei do mais forte.

Quando os japoneses chegaram a Tomé-Açu, além dos indígenas já existia uma população que habitava diversas comunidades rio abaixo. Dentre elas a

---

<sup>7</sup> Produção agropecuária – todo produto gerado nas propriedades rurais, sejam elas, da agricultura familiar ou das empresas rurais.

Comunidade de Marupaíba, localizada cerca de 3 horas de barco da sede do município, com acesso terrestre pelo Km 34, ramal de Marupaíba, à direita da PA – 140 e às margens do Rio Acará-Mirim. A Comunidade de Marupaíba é constituída, por cerca de 40 famílias e está localizada na Região do Marupaíba<sup>8</sup> entre as Comunidades de Castelo e Samaria.

Essa comunidade também viveu o *boom* da pimenta-do-reino nos anos 1970 e início de 1980, com alguns de seus moradores inseridos no processo de produção dessa cultura, como mão-de-obra contratada pelos empresários nipo-brasileiros em suas plantações. As mulheres participavam do processo através da colheita na época de safra e da capina com enxada. Os homens eram contratados para a fase de implantação dos pimentais. Dentre os entrevistados, 50% trabalharam para os japoneses.

Na região conhecida como Marupaíba, naquela época, existiam cerca de 10 empresários nipo-brasileiros que produziam pimenta-do-reino e cacau. Hoje, as terras que pertenciam a esses empresários, são de propriedade de agricultores familiares que migraram de outros Estados e de grandes fazendeiros de gado.

Com o ataque do fungo *Fusarium*, dizimando as plantações de pimenta-do-reino na década de 1980, os empresários nipo-brasileiros venderam suas terras, e muitos de seus trabalhadores, retornaram as suas atividades na agricultura de subsistência, outros ainda, migraram para as cidades. Os que permaneceram na Comunidade voltaram a ter seu ritmo de vida ditado pela forma de viver das comunidades tradicionais<sup>9</sup>, conforme Diegues; Arruda:

Numa perspectiva marxista, as culturas tradicionais estão associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria; em que a dependência do mercado já existe, mas não é total. Essas sociedades desenvolveram formas particulares de manejo dos recursos naturais, que não visam diretamente ao lucro, mas à reprodução cultural e social, além de percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela idéia de associação com a natureza e a dependência de seus ciclos. (DIEGUES; ARRUDA, 2001, p. 35).

---

<sup>8</sup> A Região do Marupaíba é constituída por cerca de 400 famílias residentes em 08 (oito) comunidades: Samaria, Marupaíba, Marupaíba Beira-Rio, Marupaíba Centro, Castelo, São Pedro, Bom Amparo e Rosa de Saron.

<sup>9</sup> O conceito de comunidades tradicionais está referenciado na noção de sociedades tradicionais utilizada por Diegues & Arruda em seu livro Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil (2001, p. 41).

A origem da população residente na comunidade de Marupaúba remonta à época da colonização da Província do Grão Pará, quando aquela região, pertencente ao hoje município de Acará, foi doada em sesmarias para portugueses que, juntamente com seus escravos, foram habitá-la. Lá chegando, encontraram os indígenas e, por meio do processo de miscigenação, formaram a população que deu origem às pessoas que hoje residem naquela comunidade. Constitui-se em uma população ainda com características de população tradicional amazônica, referenciados e situados em uma dimensão espacial. Espaço entendido como um produto social, onde essas famílias em constante movimento, ao mesmo tempo em que são alvos, passam a demandar serviços para atender as suas necessidades de sobrevivência, mantendo uma relação com o mundo global, onde as concepções do tempo e do espaço são criadas necessariamente através de práticas e processos materiais que servem à reprodução da vida social, conforme afirma Harvey (1989).

Os caboclos constituem a maioria da população residente na comunidade de Marupaúba. São descendentes de remanescentes de negros escravizados no Brasil que ocuparam aquela área de terra, localizada às margens dos rios e nas proximidades dos igarapés e cujas terras foram doadas pelo escravocrata. Encontram-se ainda, em menor quantidade, pessoas que migraram de outros Estados e municípios, atraídos pela oportunidade de trabalho nos pimentais, se casaram com as filhas do lugar<sup>10</sup> e permanecem na comunidade.

O nome da Comunidade, de acordo com relato dos “antigos” moradores, é referência a uma grande árvore conhecida como marupá, madeira branca utilizada para fazer caixões e tamancos, que existiu na entrada do igarapé que tem o mesmo nome: *“Isso aqui era do tempo da escravatura. Contavam que tinha uma madeira, um pau grande na boca do igarapé, chamado marupá. Quando eu me entendi não existia mais. Aquele lugar lá era limpo!”* (CRESCÊNCIO DA GRAÇA PAIVA – APOSENTADO).

Observa-se um alto grau de parentesco entre as pessoas residentes na Comunidade que, segundo relato dos moradores, se deve ao fato de que vieram famílias inteiras da África como escravos, e foram vendidas para o mesmo senhor dono das terras que hoje constituem a Comunidade.

---

<sup>10</sup> A expressão “filhas do lugar” faz referência às mulheres que nasceram naquela localidade.

Segundo relato do Sr. Crescêncio da Graça Paiva, 88 anos, residente na Comunidade, o senhor, que era dono daquelas terras, chamava-se Antonio Carlos de Freitas Damasceno e, dentre os escravos deste senhor, encontrava-se a avó do relator (Bibiana Maria da Graça) e mais 03 irmãos (Narciso, Gentil e Ingrácia), que eram africanos e originaram a maioria das famílias que hoje residem na Comunidade. *“A minha avó veio comprada da África. O nome dela era Bibiana Maria da Graça” (CRESCÊNCIO DA GRAÇA PAIVA – APOSENTADO).*

Outras famílias migraram para o local como a família Inglis, a família Vaz e a família Paiva. Os irmãos Antonio e Florência Inglis vieram de Igarapé-Açu, localidade pertencente ao Município do Acará e fixaram residência no Marupaúba. Antonio se casou com D. Noca que era neta de Bibiana e Florência se casou com Antonio Paiva com quem teve duas filhas, Dica e Rosa.

*“Antonio Paiva era homem estudado. Vestiu batina, era da família Paiva. (Portugueses). Largou a batina e se meteu no Rio Grande<sup>11</sup> e casou com Florência. Moravam prá lá. Em janeiro de 1944 vieram prá cá. O Antonio Inglis veio muito na frente” (CRESCÊNCIO DA GRAÇA PAIVA – APOSENTADO).*

O Sr. Crescêncio foi o primeiro professor do então constituído município de Tomé-Açu, com honrarias recebidas, quando da instalação do município, das mãos de Manoel Pedro de Oliveira, na época juiz da 8ª Vara e filho de Gentil que era tio-avô do informante. Manoel Pedro de Oliveira era pai de Ajax D' Oliveira que foi prefeito da cidade de Belém no período de 1975 a junho de 1978.

A pesquisa foi desenvolvida com 10 agricultores familiares, membros da Associação de Mini e Pequenos Agricultores do Marupaúba, que participaram do processo de formação e receberam subsídios para implantação de projetos, residentes nas Comunidades de Marupaúba e Samaria.

Dentre as pessoas que responderam à pesquisa, 90 % são do sexo masculino e 10 % do sexo feminino. Em relação à idade 40 % possuem idade entre 31 e 45 anos e o mesmo percentual, idade entre 46 e 60 anos. Apenas 20% têm mais de 61 anos.

Em relação ao estado civil, 90% são casados, 01 pessoa vive em união estável. Atribui-se o alto índice de casamento formal, devido à religião dominante na comunidade (evangélica) exigir este requisito.

---

<sup>11</sup> Rio Grande – nome pelo qual a população conhece o rio Miritipitanga no município de Acará.

Em relação à escolaridade 40% é apenas alfabetizado, o mesmo percentual de entrevistados possuem ensino fundamental incompleto, 10% possuem o ensino fundamental completo e 10% é analfabeto. Este dado tem referência direta com o não acesso a escola. Observa-se que na medida em que a idade avança, a escolaridade diminui o que reflete a ausência da escola no local, no período em que essas pessoas eram criança.

Quanto ao local de nascimento, a pesquisa revelou que 60% das pessoas nasceram no município de Tomé-Açu e 40 % fora do município. Desses 20% nasceu no município de Acará, localidade de Igarapé-Açu, 10 % é natural do Município do Capim e 10 %, ou seja, uma pessoa não é paraense e nasceu no Estado do Ceará, município de Irauçuba. Daqueles que não nasceram no município, 40% residem no local a mais de 13 anos, tendo quem tenha vindo ainda criança para a localidade quando seus pais mudaram para a localidade. Assim, 60 % dos entrevistados são filhos do lugar.

## 5 A FORMAÇÃO NA COMUNIDADE DE MARUPAÚBA

A comunidade de Marupaúba mantinha sua subsistência, até por volta do ano de 2003, praticamente do extrativismo (pesca, açaí, madeira), da “agricultura de subsistência” e da criação de pequenos animais (galinha e porco), comercializando apenas o excedente.

Alguns moradores possuíam e ainda possuem, animais maiores como cavalo, búfalo ou boi, para transporte de cargas, e outros ainda, buscavam trabalho fora da comunidade na indústria madeireira e propriedades agro-industriais e pecuárias. O fato de produzirem em maior quantidade para o auto-consumo e ao mesmo tempo serem gestores e trabalhadores em seus empreendimentos, valorizando os ecossistemas em que estão inseridos, por meio de um saber próprio, os caracterizava como agricultores familiares, conforme conceito abaixo:

A agricultura familiar apresenta sistemas diversificados mais próximos dos ecossistemas em que estão inseridos. A maior diversidade de cultivos na agricultura familiar se deve a busca de diferentes rendas distribuídas ao longo do ano, a busca do auto consumo alimentar, a redução de riscos e a busca de uma menor dependência de insumos externos. A diversidade de cultivos é possível em função de que o agricultor familiar é ao mesmo tempo empreendedor e trabalhador, trabalho e gestão estão juntos na unidade familiar (BIANCHINI, 2000, p. 18).

Na gestão municipal dos anos de 2000 a 2004, em atendimento a política agrícola vigente, a comunidade passou a ser assistida pelo Núcleo de Ação para o Desenvolvimento Sustentável – POEMAR, pertencente ao programa Pobreza e Meio Ambiente na Amazônia - POEMA, que em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA e a Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, ministrou os cursos de apicultura, compostagem orgânica, manejo de capoeira, educação ambiental, piscicultura e distribuiu para alguns moradores, mudas de açaí, essências florestais, adubo, calcário e lhes ensinou oficialmente a usar as técnicas de plantio e adubagem com nitrogênio, fósforo e potássio - NPK, até então pouco utilizadas na localidade.

Na gestão 2005 a 2008, a comunidade por meio da Associação de Mini e Pequenos Agricultores do Marupaúba, fundada em 1º de maio de 1994, recebeu outros cursos, viabilizados por convênio entre a Prefeitura Municipal e a Companhia Vale, coordenado pela Secretaria de Assistência Social e implementado pela

Secretaria de Agricultura do Município – SEMAGRI, com recursos financeiros provenientes da Vale, administrado pela Escola de Trabalho e Produção do Pará – ETPP.

O convênio tinha por objetivo prestar assistência às comunidades atingidas pela construção do mineroduto que atravessa o município e transporta caulim das minas no Município de Ipixuna ao porto de Barcarena, ambas no Estado do Pará e se constitui em uma política da Companhia inscrita na chamada responsabilidade social. Para o Município de Tomé-Açu é a contra partida da empresa pela utilização do solo.

Embora a Comunidade de Marupaúba não seja atravessada pelo mineroduto, foi contemplada com alguns projetos, que iniciavam com os cursos de qualificação, ministrados por técnicos/instrutores contratados pela ETPP e recebiam apoio técnico e administrativo da SEMAGRI. Mediante esse convênio, a comunidade recebeu alguns cursos como: gestão em associativismo e cooperativismo; criação de peixes em tanques-rede (gaiolas); criação de galinha caipira e produção de mudas de fruteiras. Sendo que a Companhia Vale financiou tanto os cursos quanto os equipamentos necessários a instalações dos tanques, bem como a ração inicial para os peixes.

O modo de ser trabalho desta comunidade tinha como referência o modo de ser das comunidades tradicionais da Amazônia onde o tempo e o espaço tem significado diferente dos grandes centros urbanos. Nesta forma de trabalho o homem ainda possui os meios de produção, a terra, e os instrumentos de trabalho com os quais transforma a natureza retirando dela seus meios de sobrevivência. Para esses homens o trabalho ainda tinha o significado da sobrevivência, possibilitando a pessoa se reconhecer como sujeito na comunidade em que vive (ANTUNES, 2005)

*Melhorou muito as condições de vida. O povo não é mais pacato. Mudou o comportamento. Hoje todos organizam sua casa de farinha, por que só vai vender bem quem tiver produto de qualidade. Todos estão interessados em fazer seu bom retiro, comprar motor para quebrar mandioca (AGRICULTOR FAMILIAR).*





**Fotografia 11:** Canoa  
**Fonte:** Elaborado pela autora

É contra essa forma de ser trabalho que o capital investe. Para Diegues (2005), esses projetos alteram profundamente o modo de vida das populações locais na Amazônia, provocando, como consequência, um reordenamento nas formas de trabalho e no mundo cultural de grupos sociais.

Mesmo para os agricultores familiares amazônidas, cujo produto em sua maioria é comercializado no mercado interno, o capitalismo dita a sua forma de produzir. Seus produtos também são alvo das políticas de Estado que respondem a um determinante capitalista com todas as suas implicações. Afinal segundo Harvey (2008), a redução das barreiras espaciais e a formação do mercado mundial permitem um acesso generalizado aos produtos diversificados de diferentes climas e regiões, além de nos fazerem entrar em contato direto com todos os povos da terra.

Com a globalização econômica e o avanço tecnológico essas populações são bombardeadas por meio da propaganda subliminar, o que os levam a outras necessidades e desejos, passando a demandar conhecimentos para produzir mais e melhor e poder consumir os produtos veiculados neste mercado. Mesmo em comunidades longínquas na Amazônia, a mídia se faz presente por meio da televisão, do rádio e mais recentemente do telefone celular e da *internet* influenciando o modo de viver desses grupos. Conforme Carneiro (1998), não se trata, portanto, de um processo inexorável de descaracterização dos núcleos rurais,

mas da sua reestruturação a partir da incorporação de novos componentes econômicos, culturais e sociais.

A produção da comunidade – extração de madeiras, mandioca para fabricação de farinha, milho, arroz, algumas verduras e legumes e outros – em sua maioria eram consumidos pela família, apenas o excedente se destinava ao mercado, ou seja, os produtos antes tinham apenas “valor de uso”, agora adquirem valor de troca e juntamente com os novos produtos – açaí e cacau e outros - devem ser produzidos em escala para atender ao mercado.

Embora essa população esteja ainda muito distante dos conhecimentos da biotecnologia agrícola utilizada pelas grandes empresas multinacionais do setor, o investimento da política agrícola demonstra o rumo que devem seguir para acompanhar as demandas crescentes que o mercado impõe tanto no nível de produção quanto de consumo dos produtos industrializados. Entendendo-se que as relações sociais de produção e de reprodução da vida de homens e mulheres em uma sociedade capitalista são estruturadas a partir da forma-mercadoria. Esta análise encontra sua síntese nos escritos de Marx expostos por Alves (2007).

Assim, os produtores rurais ao longo da história vêm mudando seu formato de organização social, diante da crescente exigência do capital, por um novo modo de organizar-se para a produção da riqueza social. Nesse sentido, transformações ocorridas na função e estrutura da família, são observadas desde a era pré-industrial e valores como solidariedade e cooperação vão sendo subsumidos em detrimento do individualismo próprio do modo de produção capitalista, afetando diretamente as formas de produzir coletivamente e apropriar-se do resultado do trabalho.

As populações tradicionais que antes sobreviviam do extrativismo, caça, pesca artesanal e coleta, comercializando apenas alguns produtos, passam a ser alvo de treinamentos que preconizam o aprendizado para o mundo do trabalho no capitalismo. Estando os conhecimentos veiculados nos cursos de qualificação profissional, articulado a um projeto de sociedade e organizado pelo Estado mediante estilos alternativos de agricultura que incorporam práticas, métodos e técnicas mais sensíveis ambientalmente embora com o direcionamento para o mercado.

Aos poucos ou de forma acelerada, conforme o setor produtivo, a nação ou a região, o mundo agrário transforma-se em conformidade com as exigências da industrialização e da urbanização. Assim como se transforma a “fábrica” do mundo agrário, dissolvem-se as fronteiras entre o campo e a cidade. O desenvolvimento intensivo ou extensivo do capitalismo no campo generaliza e enraíza formas de sociabilidade, instituições, padrões, valores e ideais que expressam a urbanização do mundo (IANNI, 1997, p. 54).

O aprendizado ainda se fazia na prática, a partir da família que na vivência diária ensinava como roçar, derrubar, queimar, plantar, colher, trocar ou vender. As crianças desde pequenas observavam seus pais nas atividades diárias acompanhando-os na preparação, plantio e colheita do roçado, na pesca, caça e coleta de frutas. Na medida em que iam crescendo eram incluídas em outras atividades de acordo com sua capacidade física. Assim se dava o aprendizado dos sujeitos que trabalhavam na zona rural, conforme referenciado abaixo:

[...] o saber dos camponeses se desenvolve na sua heterogênea ligação ao grupo doméstico e ao grupo de trabalho e, portanto, a “conduta reprodutiva rural” é o resultado de uma acumulação de conhecimentos - uma epistemologia - sobre o sistema de trabalho que não vem de livros e textos, mas sim da relação entre as pessoas, seu ambiente e as interações resultantes destas relações (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 08).

Com a ação da política de capacitação/assistência, o apreendido nos cursos (informações) vai sendo experienciado na prática através da vivência diária e traduzida em conhecimentos, contribuindo assim, para apropriação de outros saberes, de novas práticas, em um processo contínuo de ação reflexão e ação, numa busca permanente de estratégias de desenvolvimento que qualifiquem a ação e a interação humana nos ecossistemas conforme explica o MDA.

A Agricultura Familiar, enquanto sujeito do desenvolvimento, é ainda um processo em consolidação. O seu fortalecimento e valorização dependem de um conjunto de fatores econômicos, sociais, políticos e culturais que necessitam serem implementados de uma forma articulada por uma diversidade de atores e instrumentos (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2005).

## 5.1 A EDUCAÇÃO FORMAL NA COMUNIDADE

A formação para o fazer profissional viabilizado pelos programas governamentais, na região, é algo recente e que vem se intensificando na medida em que avança o capitalismo no campo. A Comunidade não se constituía em público alvo das políticas de educação rural viabilizadas pela política agrícola através da rede de assistência técnica, nem mesmo os agricultores que receberam financiamento pelo Fundo de Constituição do Norte - FNO na década de 1990 passaram por algum tipo de capacitação.

O acesso à educação preconizado na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 208 que diz: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: I - ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria; na Comunidade do Marupaúba apresenta dificuldades de implementação.

O explicitado na Constituição do Estado do Pará que diz em seu artigo 281, Capítulo IV, que o plano estadual de educação deve conter entre outras, medidas destinadas ao estabelecimento de modelos de ensino rural que considerem a realidade estadual específica, na prática ainda não está sendo observado.

A população das zonas rurais ainda tem dificuldade de acesso à educação seja ela formal ou não formal mesmo estando o direito estabelecido na Constituição Federal de 1988 e na lei 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional em seu artigo 28 que diz:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O conteúdo da fala abaixo expressa bem essa realidade:

*O curso de educação ambiental foi um dos mais importantes. Ensinou as pessoas a não desmatar a cabeceira dos igarapés. O pessoal não fazia o aceiramento (espaço entre a roça e a mata ou capoeira) e o fogo passava para a capoeira. Queimavam a roça a favor do vento e passava para a capoeira. A orientação de queimar contra o vento ajudou a diminuir a queima da capoeira. O horário, a partir de 03 da tarde quando o vento pára um pouco, evita o fogo passar para a capoeira (AGRICULTOR FAMILIAR.)*

A pesquisa mostrou que dentre os entrevistados, 10% é analfabeto, 40% é apenas alfabetizado, ou seja, não frequentou a escola, mas, assina o nome e lê com dificuldade; 40% possuem o ensino fundamental incompleto; 10% o ensino fundamental completo, sendo que o analfabetismo se constitui em mais uma das formas de discriminação, conforme Oliveira,

O analfabetismo é um indicador cultural que nomeia formas de diferenças, sendo o indivíduo não alfabetizado em relação ao alfabetizado visto por meio de representações entre as quais: “ignorante”; “incapaz de ver o mundo”, pelo fato de não saber ler e assinar o nome; “dependente”; incapaz de tomar decisões próprias e “inferior,” estando a inferioridade associada à pobreza, firmando sua posição limite como indivíduo e sua posição de classe (OLIVEIRA, 2009, p. 08).

Observa-se que na medida em que a idade avança a escolaridade diminui o que reflete a ausência da escola no local, no período em que essas pessoas eram crianças, pois, os 50% dos entrevistados que são analfabetos ou alfabetizados tem mais de 45 anos de idade e segundo dados do IBGE (2006), na Região Norte o índice de analfabetismo é de 11%.

A maioria da população adulta com mais de 45 anos na Comunidade Marupaúba, tem dificuldades para ler e escrever e pelas próprias condições estruturais encontra-se distante das escolas. As pessoas que possuem uma escolaridade maior são aquelas que foram enviados pelos pais para estudar na sede do município ou na capital do Estado. Mesmo a população adolescente ainda encontra dificuldade para dar continuidade aos estudos, pois, as séries mais avançadas (ensino médio) somente são ofertadas na sede do município, exigindo que os alunos utilizem transporte terrestre em duas viagens diárias, uma ainda de madrugada e outra por volta de 17 horas com retorno às 23 horas, o que dificulta o processo ensino-aprendizagem.

A escola localizada na agrovila atende alunos até a 8ª série em 05 salas de aula, que não comporta a demanda. Duas turmas funcionam de forma improvisada na área externa contígua a cozinha e na biblioteca. Os alunos que não residem no local, são transportados por barcos da prefeitura. Conforme fotografia 12:



**Fotografia 12:** Barcos da prefeitura para transporte de alunos  
**Fonte:** Elaborado pela autora.

A maioria das famílias ainda reside em seus lotes de terra e a escola está localizada na agrovila que teve seu processo de expansão acelerado a partir do ano de 2006. Apesar de a primeira escola datar dos anos 1970, sua estrutura física era composta por apenas uma sala de aula até o ano de 2008 quando foi ampliada e hoje conta com 05 salas de aula, sala da direção, biblioteca, pátio, cozinha, banheiros e 02 (dois) barcos para transporte de alunos. O ensino noturno para adultos implementado em 2008, quando da reforma da escola, atende cerca de 100 alunos.

O não atendimento a um direito básico que é a educação tem como consequência a dificuldade de apreensão do conteúdo, quando da realização dos cursos de formação, apresentada por aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola quando crianças. A fala abaixo expressa essa realidade:

*Aquilo que estudei. Participei. Me educou, porém, eu não consegui aplicar no trabalho. Eu tentava anotar no caderno e não conseguia. Só ouvir e colocar tudo na cabeça! Se eu não anotar logo, passa! Por outro lado o incentivo foi muito útil. Hoje já tenho base (AGRICULTOR FAMILIAR).*

O preconizado na Constituição Estadual em seu artigo 280, que diz ser o Estado obrigado a expandir, concomitantemente, o ensino médio por meio da

criação de escolas técnicas agrícolas ou industriais, para as pessoas que residem na comunidade de Marupaúba é um sonho.

Os filhos dos agricultores que concluem o ensino fundamental, para cursar o ensino técnico na área agropecuária, têm que se deslocar cerca de 200 km para o município de Castanhal onde está localizado o Instituto Federal do Pará – IFPA que oferece cursos técnicos na área em questão.

## 5.2 A EDUCAÇÃO NÃO FORMAL VIABILIZADA PELA POLÍTICA AGRÍCOLA

A educação não formal na Comunidade de Marupaúba é recente e foi implantada quando do advento dos cursos de formação pela SEMAGRI na última década, contemplando além do aspecto técnico e econômico, outras dimensões do conhecimento (social, cultural, ético), porém, com forte orientação para as questões técnicas.

Esses cursos foram ministrados em duas modalidades: na comunidade e na sede do município, tinham carga horária entre 32 e 40 horas cada um e apresentavam conteúdos básicos, conteúdos específicos do fazer profissional e de gestão dos empreendimentos. Tinham ainda como objetivo, desenvolver um novo perfil de produtor, com habilidades e conhecimentos novos, compatíveis com os exigidos pelo mercado, levando em consideração a inserção da região amazônica, no mercado nacional e internacional (produtora de matéria-prima) com de conteúdos que instrumentalizavam para um fazer diferente do habitual.

Para o capital, os agricultores precisam desenvolver novas habilidades especialmente as relacionadas à gestão de seu negócio. Não basta apenas produzir para o auto-consumo e vender o excedente no mercado, se faz necessário produzir para ter lucro, ou seja, produzir em escala. Assim foi dada ênfase a gestão do negócio conforme apontado abaixo por Gohn.

A habilidade de gestão acaba sendo não o ensino de conhecimentos que capacite os indivíduos a aprofundar o conhecimento de sua profissão ou administrar suas vidas, mas o treinamento para a aquisição de novas habilidades que possibilite ao indivíduo arrumar outro emprego, usualmente em outra área de sua qualificação, gerindo seu próprio negócio etc. (2008, p. 96).

Por intermédio da apropriação dos conteúdos ministrados durante a formação, é possível observar qual paradigma orienta esta ação da política. Conforme quadros em anexo.

A teoria que permeia o conteúdo dos cursos é resultado de um processo que iniciou na década de 1960 e questionava o então paradigma seguido pela extensão rural. Ultrapassa o período em que vigorou o modelo produtivista, chega aos anos 1980 dando mostras de estagnação e segundo Caporal; Costabeber (2007), trabalhando a partir de uma compreensão equivocada, não se deu conta de que contribuía para o agravamento dos danos ambientais e para o acelerado processo de diferenciação social na agricultura, aprofundando a desigualdade entre pequenos e grandes produtores.

É a partir desses questionamentos que surge a discussão sobre a sustentabilidade ecológica e energética dos agroecossistemas, invadindo as academias e defendendo as tecnologias alternativas. Discussão essa, em que a sustentabilidade agrária é entendida enquanto meta a ser alcançada a médio e longo prazo, passando necessariamente por um processo multidimensional que não compreende apenas a dimensão econômica, mas também a sociocultural e ambiental. O espaço da agricultura passa então a ser entendido também como de produção e reprodução sociocultural, econômica e ambiental, mudando o enfoque que era dado aos processos até então. Este novo paradigma está alicerçado no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – PNDRS que comporta o Programa de renovação do ensino rural.

Observa-se que mesmo de forma tímida, é esse o modelo que está presente na formação com a qual a Comunidade de Marupaúba foi atendida. Assim, os conteúdos constantes do item habilidades básicas que apresentam temas como cidadania, meio ambiente e desenvolvimento; o homem, a sociedade e a cultura, tendo consciência de como se organizar; formas associativas de organização e outros; deveriam permitir os primeiros passos para formar uma outra visão do mundo e assim passarem a agir como sujeitos sociais, questionando e transformando a realidade em que vivem, mesmo sob a égide do capital. Vale ressaltar que esses agricultores nunca trilharam os caminhos da chamada “agricultura moderna”, pois, até o ano de 2000, quando se deu o início do processo de formação na Comunidade, poucas famílias haviam sido alvo das políticas públicas voltadas para



a agricultura. Dentre os entrevistados na pesquisa, apenas 10% havia recebido financiamento na década de 1990.

Ainda que sob os ditames do capital e refletindo a cultura da região amazônica, onde o mandonismo, o clientelismo, o autoritarismo, o patrimonialismo das elites e o baixo controle social, em relação à ação governamental, são dominantes, essas iniciativas se constituem em um enorme potencial para a Comunidade na medida em que, tendem a desenvolver a capacidade de analisar e criticar a realidade em que vivem, criando assim, uma massa crítica importante para a luta por garantia de direitos. Mesmo de forma embrionária, esses cursos oportunizaram as famílias agrícolas participação em um processo de formação que instrumentalizou a mão-de-obra para elevar a produtividade e desenvolver o potencial produtivo da terra, contribuindo para o processo de humanização e formação de sujeitos sociais.

(...) quando se fala em formação refere-se à educação e à cultura; fala-se do conjunto de conhecimentos que a humanidade já construiu e do acervo que cada indivíduo acumulou em função dos grupos aos quais pertenceu e pertence e de suas experiências pessoais; entra-se no terreno dos valores e símbolos, num processo que tem intencionalidade e desenvolvimento do indivíduo, singular e social, histórico e concreto (ALMEIDA, 1992, p 35).

Para Caporal; Costabeber (2007) inseridos na esfera mercantil, as unidades de produção familiar sofrem, também, os processos de transferência de renda para os setores agroindustriais, comerciais e financeiros. Daí, porque, para assegurarem sua sobrevivência e reprodução ampliada, deverão se articular política e economicamente com base em novas estratégias e táticas. Essas novas estratégias e táticas passam pela forma de se organizar para produzir e comercializar os produtos que deve privilegiar as organizações coletivas, que oportunizam a disseminação de outros valores mais afeitos a chamada economia solidária.

Embora a Comunidade ainda não tenha chegado a esse estágio, observa-se que o processo vivenciado despertou para um novo fazer. Um fazer que inclui racionalidade a partir de um planejamento de médio e longo prazo, pensando o futuro no sentido de melhor ocupar o espaço da roça transformando-a em plantios permanentes através do consórcio de diversas culturas agrícolas.

*Hoje tenho noção que não tinha antes. Não fazia a roça pensando no futuro. Não pensava na conservação. Quando tirava os produtos virava juquirá. Hoje fazemos plantação permanente. Quando faço minha roça, faço meu planejamento (AGRICULTOR FAMILIAR.)*

A pesquisa revelou que 100% dos agricultores entrevistados plantavam mandioca e produziam farinha d'água para consumo de suas famílias e para venda no mercado, assim como 100% também tinha como ocupação além da agricultura, o extrativismo da madeira. Destes 80% produziam milho e arroz, 50% banana, 30% criavam porcos e galinhas, 30% referiram-se a caça e pesca como atividade, 10% referiu-se ao cultivo do açaí para venda, 10% praticava o extrativismo do mesmo produto apenas para consumo e ainda 10% plantava feijão também para consumo. É importante observar que o feijão era produzido apenas pelo entrevistado que não é paraense, o que faz parte de sua cultura.



**Fotografia 13:** Roça implantada no sistema tradicional  
**Fonte:** Elaborado pela autora

O milho tinha como destinação principal a alimentação dos animais. O arroz e a banana, a alimentação das pessoas, sendo comercializado somente o excedente. Porcos e galinhas tanto se destinavam ao consumo da família como era vendido para aquisição de outros produtos. A caça e pesca referida por apenas 30% dos entrevistados já foi junto com a agricultura e a extração de madeiras atividade dominante na Comunidade.

Com o processo de formação outros produtos, além daqueles produzidos historicamente, passaram a fazer parte do interesse dos agricultores. São eles: açaí, cacau, cupuaçu, pupunha, pimenta-do-reino e mel de abelhas. Sendo que nenhum

agricultor deixou de implantar anualmente roças no sistema tradicional – derrubada da mata, preparo de solo, semeadura e colheita - e plantar os produtos básicos para sua sobrevivência (mandioca, milho, arroz e outros). A diferença é que hoje os espaços da roça são preenchidos com outros produtos - açaí, cacau, cupuaçu, essências florestais, e após a retirada da mandioca permanecem sendo cuidados, não havendo mais o tempo de pousio (abandono da terra) para implantação de uma nova roça.

Quanto às técnicas de plantio ensinadas nos cursos, 100% disseram já ter experimentado aplicar em produtos diferenciados. Uns usaram para a mandioca e observaram que plantando no espaçamento ensinado e selecionando as mudas, ou seja, plantando somente o meio da haste de maniva, que é cortado reto e não enviesada como era usada tradicionalmente a produção aumenta e o tempo de colheita diminui. O milho plantado em fileiras com espaçamento de um metro também aumenta a produção.

*Na mandioca só o fato de selecionar as mudas e plantar no espaçamento correto aumenta a produção e a renda. A mandioca plantada no espaçamento ensinado dá mais graúda. Com 06 meses tem diferença muito grande. No espaçamento comum é de um ano prá frente (AGRICULTOR FAMILIAR).*

Neste ponto se observa que a prática tradicional de plantação e colheita começa a ser alterada por uma necessidade tanto do mercado como dos agricultores em incluir-se neste mercado. Novos produtos - cacau, açaí, cupuaçu e essências florestais - são introduzidos através dos chamados sistemas agroflorestais.

A plantação consorciada chamada sistemas agroflorestais - SAFs, modelo que foi fortemente veiculado durante os cursos de formação, passou a ser utilizada pelos agricultores nipo-brasileiros em Tomé-Açu a partir da detecção do *Fusarium* que atacou os pimentais e desde então é copiado pelos agricultores locais.

Historicamente, o Município produz pimenta-do-reino e cacau e com o ataque de pragas aos pimentais, passou a fomentar a produção de outras culturas ligadas a fruticultura. Inicialmente esses novos produtos eram plantados com exclusividade nas fazendas dos empresários nipo-brasileiros e hoje tem seu plantio e manejo incentivado pelas instituições que tem a responsabilidade de fomentar o desenvolvimento da agricultura no município.

Os agricultores nipo-brasileiros de Tomé-Açu tem sido um campo de testes de novas alternativas, numa produção coletiva de conhecimentos que tem sido imitados pelos agricultores locais, sobretudo envolvendo as culturas de maracujá, pimenta-do-reino, cacau, açaí e reflorestamento (HOMMA, 2007, p.154).

O tradicional vem se modificando a partir do incentivo de uma política de governo que fomenta a criação de novos produtos para um mercado que também se moderniza com a entrada de produtos exóticos e que eram consumidos por um público específico e passa a ser exportado para o mercado internacional. Assim segundo Hobsbawm (2008), inventam-se novas tradições quando ocorrem transformações suficientemente amplas e rápidas tanto do lado da demanda quanto da oferta.

O açaí se constitui em um exemplo emblemático. Antes totalmente destinado ao consumo local, hoje conquistou novos mercados e se tornou importante fonte de emprego e renda. A venda de polpa congelada para outros estados cresce a taxas de 30% ao ano. As exportações da polpa ultrapassam mil toneladas por ano (NOGUEIRA, 2005).



**Fotografia 14:** Plantação de açaí  
**Fonte:** Elaborado pela autora

Os agricultores familiares que antes produziam mandioca, milho, arroz, banana e outros produtos a partir de técnicas rudimentares, fazem contato com novos conhecimentos e buscam a partir de então, utilizar esses conhecimentos para

a produção de novos e antigos produtos. Porém, a falta de condições financeiras para a aquisição de insumos, a baixa escolaridade e a ausência de uma assistência técnica efetiva, pelo menos nos primeiros anos do plantio, comprometem o resultado do investimento e com isso assiste-se ao fracasso evidente dos empreendimentos: *“Ainda não consegui o material para fazer as caixas. Tiro mel das abelhas no mato”* (AGRICULTOR FAMILIAR).

A criação de peixes em tanques-rede (gaiolas) financiada pela Companhia Vale, foi organizado para produção em 03 grupos localizados em diferentes comunidades (Marupaúba, Samaria e Bom Amparo), com número de membros diferenciados e não logrou resultados satisfatórios. Segundo depoimento dos agricultores, os peixes não se desenvolveram como deveriam, e eles ficaram sem saber a causa do problema e se fazendo perguntas quanto às condições da água, da correnteza no rio e da procedência dos alevinos.

Hoje as gaiolas se encontram desativadas, algumas ainda na água, porém, sem os peixes e outras em terra firme. Embora o projeto apresentasse ser para os agricultores um bom negócio.

*O maior potencial prá mim é a piscicultura. Tenho vontade de trabalhar com peixe, mas, tenho receio. Todo lugar dá certo e o nosso rio não é diferente dos outros. Eu não desisti ainda disso. O peixe pra quem tem condição é bom negócio* (AGRICULTOR FAMILIAR).

A experiência se repetiu com a plantação de cacau e açaí cujas mudas foram fornecidas pela SEMAGRI. A demora na entrega das mesmas, a falta de sombreamento adequado e a ausência de adubo contribuíram para que os agricultores não tivessem o resultado esperado. O plantio deve ser realizado no início do inverno para que as plantas tenham tempo suficiente para fixar suas raízes no solo e possam enfrentar o verão amazônico. Além do mais o adubo é fundamental para o desenvolvimento das mesmas devido à pobreza de nutrientes do solo da região.

*As mudas vieram próximo ao verão. Plantei embaixo da maniva. Morreram todas. Ainda tem algum açaí e cupuaçu. Faltou adubo. Não produziram. O cacau morreu. O açaí também morreu. Poucas desenvolveram. Das mudas distribuídas, não tenho quase nada. Trabalho com SAF(sistema agro-florestal), que foi um trabalho que com o decorrer do tempo vi que fomos orientados mal. Por conta disso não funcionou. Nunca visitaram nossa área para dar orientação na prática. Pela experiência de hoje sei que foi errado* (AGRICULTOR FAMILIAR).

Outro aspecto que contribuiu para o não alcance dos objetivos dos cursos foi a metodologia utilizada nos cursos que embora buscasse aplicar técnicas com linguagem próxima à realidade dos agricultores, ainda se observa que existem dificuldades ancoradas nas questões culturais. O técnico/instrutor ainda é visto como aquele que veio trazer conhecimento, como se os agricultores não tivessem uma história de relação com a terra e conhecimentos advindos dessa relação. O poder atribuído ao técnico, pelo saber científico que detém, cria a crença de que a única verdade é do técnico.

O conhecimento dos agricultores é saber cultural milenar que diante de técnicas modernas pode ser visto, com desconfiança e rechaçamento, assim como pode ser aceito também. Por isso, a ação dos técnicos requer uma dialogicidade maior ancorada em conhecimentos antropológicos e sociológicos que considerem os agricultores como sujeitos, dentro de uma prática político-pedagógica voltada para a formação de uma cultura político-democrática e cidadã, visando à formação de um poder ético.

*O peixe em gaiolas até os técnicos tinham dúvidas. Quando os peixes estavam morrendo, trouxeram aparelho para ver se não era da água. Não deu nada. Acharam que os peixes já vieram contaminados. Apareceu umas baratinhas tipo piolhos. Uns diziam que era a correnteza. Outros diziam que não (AGRICULTOR FAMILIAR).*

*Eu era do grupo do Ronaldo para criar peixes. Faltou conhecimento técnico. Ninguém sabe se foi ração... Acredito não ter sido a água. Faltou mais orientação técnica (AGRICULTOR FAMILIAR).*

A entrada de novos produtos após os cursos demonstra que a orientação recebida durante o processo formativo está sendo seguida. Os agricultores estão convencidos de que os novos produtos têm um valor maior no mercado, o que os incentiva a plantar apesar de todas as dificuldades. Segundo a pesquisa, 60% dos entrevistados estão plantando açaí, 40% cupuaçu, 50% cacau, 20% pimenta-do-reino e 20% produzem mel de abelhas. Produtos que antes não faziam parte da realidade desses agricultores.

Em relação aos novos produtos, 80% dos pesquisados responderam que são mais rentáveis que os antigos, 20% disseram não ter visto desempenho superior aos outros, ou por terem perdido as mudas, ou devido às plantas ainda não estarem produzindo, a exemplo do cacau e do açaí. A produção de frutos do açazeiro tem início a partir do 3º ano após o plantio (NOGUEIRA, 2005) e o cacau quando devidamente adubado produz a partir do segundo ano.



*Plantado na técnica dá mais produção (AGRICULTOR FAMILIAR).  
Eles tem um valor, uma preferência. Mas até hoje ainda não vi desempenho superior aos outros. Não sei se é culpa minha ou se posso culpar os outros. O cacau não funciona. As pessoas que se comprometeram a dar assistência técnica falharam. Perdi 500 mudas. Plantei em área imprópria.  
(AGRICULTOR FAMILIAR).*

A forma como os agricultores se organizam para produzir e comercializar a produção, ainda no sistema tradicional, onde cada um individualmente em seu lote de terra, implanta sua roça e posteriormente comercializa seus produtos, vai de encontro ao preconizado no conteúdo dos cursos. Os cursos de piscicultura e de associativismo e cooperativismo abordavam os princípios da autogestão e aqueles que regem o cooperativismo e associativismo, bem como os conhecimentos e procedimentos básicos na gestão de cooperativas e associações. Esses princípios pressupõem uma mudança comportamental com base em novos valores que contradizem com os valores difundidos pelo capital.

As associações e cooperativas são desenvolvidas para, a princípio, servir aos seus associados. Em um primeiro momento, a boa gestão cooperativa é aquela que procura assegurar a importância da cooperação, e busca garantir o alcance de seus resultados. É mediante a conexão entre os associados, a administração da entidade e a comunidade em geral, de forma a revelar seu perfil democrático, a responsabilidade dos diretores, os direitos e deveres dos membros, o controle interno, a condução dos riscos inerentes ao desenvolvimento da própria atividade, a solução dos conflitos de interesses, o impacto social e a necessidade de preservar a identidade cooperativa, que se promovem cooperativas sólidas, competitivas, transparentes e confiáveis.

Os valores cooperativos - humanismo, liberdade, democracia, participação, responsabilidade, solidariedade e justiça social - devem ser observados e propagados no seio comunitário, a partir do fomento dos princípios: da educação, da formação e informação, e do interesse pela comunidade, pois, somente através da educação é possível transformar a forma de ver e conseqüentemente de se posicionar neste mundo.

O resultado da pesquisa que comprovou a não participação dos associados e estagnação da associação, aponta para o fato de que os conteúdos de gestão não foram absorvidos adequadamente e colocados em prática pelo grupo, como é corroborado pela fala dominante dos entrevistados:

*Dava muita gente na reunião. Conforme os projetos iam minguando as pessoas também deixaram de participar (AGRICULTOR FAMILIAR).  
A associação praticamente acabou. Temos que ter argumentos para trazer eles pras reuniões (AGRICULTOR FAMILIAR).  
Depois que mudou o prefeito enfraqueceu a associação. Agora eles estão reativando. Nunca mais teve reunião (AGRICULTOR FAMILIAR).*

A questão da participação é algo em construção em nossa sociedade. A história mostra que a maioria das associações foi fundada não a partir do interesse dos associados, mas do interesse do Estado através de uma política onde o crédito para o pequeno agricultor era viabilizado para um coletivo, via associação e nunca individualmente. Os agentes do Estado iam às comunidades fomentavam a criação das associações, assumiam os custos e as pessoas apesar de não entenderem muito bem todo o processo aplaudiam, por que através dele eram beneficiadas com crédito para a produção.

Essa forma de acesso as políticas públicas reforça o assistencialismo e não educa politicamente, negando o direito ao exercício da cidadania, tornando a sociedade civil subalterna a governantes e gestores, sintonizada com suas políticas e decisões, “desarmada” para com eles lidar – um lócus em que não nasceria nenhum movimento de crítica política, contestação da ordem ou oposição ao poder (NOGUEIRA, 2005).

Esse movimento tem raízes históricas e está alicerçado na falta de vivência comunitária, que remonta ao nosso passado colonial, quando o Brasil nasceu e cresceu dentro de condições negativas às experiências democráticas (FREIRE, 2008) privilegiando a tutela e o favor, que tem como consequências hoje o fato de que, as questões individuais prevalecem sobre as questões coletivas.

Essa forma de fazer política subverte o entendimento da cidadania e gera um quadro de despolitização e individualismo no qual as pessoas deixam de acreditar que são capazes de fazer história, tornando-se meros receptores dos programas e projetos pensados por quem não vive a sua realidade.

Assim é que os projetos com os quais a Comunidade foi contemplada em sua maioria são exógenos, ou seja, diferem do que tradicionalmente era produzido pelos agricultores e não obtiveram êxito. A exceção do PRONAF que financiou a produção de mandioca para 70% dos agricultores com pagamento do empréstimo em 02 anos. Destes, apenas um produtor perdeu a produção. “A mandioca apodreceu e só recebi uma parcela do empréstimo.”



O projeto de criação de peixes em tanques redes (gaiola) financiado pela Companhia Vale, contemplou 80% dos entrevistados que investiram tempo e, sobretudo, acreditaram que teriam resultados positivos (investimento emocional) não logrou resultados positivos.

O projeto que proporcionava mudas de cacau, açaí e cupuaçu, assim como exemplares de galinha caipira, financiado pela SEMAGRI atendeu a 100 % dos entrevistados e também não obteve êxito.

### 5.3 O FINANCIAMENTO

O financiamento da produção para os agricultores familiares é algo recente e data da implantação do PRONAF em 1996. Até então, o agricultor familiar disputava o crédito com os demais produtores e era obrigado, a seguir a mesma rotina bancária de um grande produtor para obter um empréstimo.

A criação de programas voltados para o atendimento às necessidades de crédito dos agricultores familiares é resultado de uma política de lutas dos trabalhadores rurais, que começaram a ter voz na Constituição de 1988 e ganharam destaques nas “Jornadas Nacionais de Luta” da primeira metade da década de 1990 e ocuparam definitivamente a agenda pública para o meio rural. E ainda pelos estudos realizados pela FAO e INCRA, definindo o conceito de agricultura familiar e estabelecendo diretrizes a serem seguidas para a formulação de políticas para esse segmento que serviu de base para pensar o PRONAF.

O precursor do PRONAF foi o Programa de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP, criado no governo do presidente Itamar Franco para atender as reivindicações iniciadas durante a Constituinte em 1987. Este programa trabalhava basicamente com créditos concedidos pelo BNDES, e seu insucesso se deveu ao fato de os agricultores enfrentarem enormes dificuldades para acessar o crédito em função das exigências do sistema financeiro.

Até 1993 não se tem notícias de recursos específicos para o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Na realidade, não existia o próprio conceito de agricultura familiar. O agricultor familiar era considerado "mini-produtor" para efeito de enquadramento no Manual de Crédito Rural. Com isto, além do produtor familiar disputar o crédito com os demais produtores, este era obrigado a seguir a mesma rotina bancária para obter um empréstimo que tinha o perfil voltado para o grande produtor (BELLIK, 2000, p.93).

O PRONAF nasce com a finalidade de promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda. Sua ideia de desenvolvimento preconiza o aumento da capacidade produtiva à melhoria da qualidade de vida e à ampliação da cidadania no meio rural. Seus recursos são oriundos do Tesouro Nacional e emprestado com juros bem abaixo da média do mercado, sendo a melhor opção para os pequenos agricultores. Além dos recursos do Tesouro Nacional, o crédito rural também possui recursos oriundos do BNDES e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Observa-se que o programa oficial do governo federal é apenas uma das formas de acesso a crédito, sendo que os gestores municipais através de convênios criam outras formas de investimento nas comunidades rurais viabilizando a concessão de equipamentos e do material necessário para o desenvolvimento dos projetos, a exemplo do projeto de criação de

peixes em tanques rede (gaiolas) às margens do rio financiado pela Companhia Vale de acordo com sua política de responsabilidade social.

Essa modalidade de convênio se constituiu em contrapartida para o município, visto que a Vale explora minério no município vizinho (Ipixuna) e o minério do município de Tomé - Açugando algumas comunidades.

As ações de responsabilidade social empreendidas pelas empresas privadas fazem parte de uma nova forma de gestão pública, que surge a partir da minimização do papel do Estado de acordo com o receituário neoliberal, onde o próprio poder público incentiva a promoção do bem estar social, através da execução de parceria com outros setores da sociedade. Neste contexto,

A responsabilidade social empresarial externa às empresas destina-se a programas ambientais de desenvolvimento sustentável e de projetos comunitários desenvolvidos pelas empresas através de parcerias com o governo, com ONGs e com a população organizada de comunidades de baixa renda. Esta última modalidade se desenvolve nos anos 90 e adquire o termo de investimento social privado no Brasil (COSTA, 2008, p. 05).

Em convênio com a Companhia Vale recebeu

m a t e r i a l p a r a a  
c o n s t r u ç ã o d o s t a n q u e s  
r e d e s ( g a i o l a s ) p a r a  
c r i a ç ã o d o s p e i x e s , a  
r a ç ã o i n i c i a l p a r a o  
a n d a m e n t o d o p r o j e t o e o  
c u r s o d e p i s c i c u l t u r a e m  
t a n q u e s r e d e c o m c a r g a  
h o r á r i a d e 4 0 h o r a s ,  
m i n i s t r a d o p o r u m t é c n i c o  
c o n t r a t a d o p e l a E T T P .  
D u r a n t e o c u r s o , f o r a m  
c o n s t r u í d a s 1 2 ( d o z e )  
g a i o l a s e o r e s t a n t e d o  
m a t e r i a l f i c o u d i s p o n í v e l  
p a r a a c o m u n i d a d e d a r  
c o n t i n u i d a d e a o p r o c e s s o .  
O q u e n ã o o c o r r e u , d e v i d o  
a o i n s u c e s s o d o  
e m p r e e n d i m e n t o c o n f o r m e  
c i t a d o a n t e r i o r m e n t e .

#### 5.4 A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A t r a v é s d a S E M A G R I a  
C o m u n i d a d e r e c e b e u  
s e m e n t e s d e c a c a u p a r a a  
p r o d u ç ã o d e m u d a s e  
a i n d a , m u d a s d e d i v e r s a s  
c u l t u r a s e e s s ê n c i a s  
f l o r e s t a i s n a i d a d e c e r t a  
p a r a p l a n t i o .

P a r a a p r o d u ç ã o d e  
m u d a s a c o m u n i d a d e

c o n s t r u i u u m c a n t e i r o c o m  
2 0 0 0 m i l s a c o l a s p l á s t i c a s  
q u e f o r a m d o a d a s p e l a  
S e c r e t a r i a d e A g r i c u l t u r a ,  
e m u m a á r e a p r ó x i m a à  
a g r o v i l a e q u e c o n t o u c o m  
a p a r t i c i p a ç ã o d o s s ó c i o s  
d a a s s o c i a ç ã o p a r a  
p r e e n c h i m e n t o d e s a c o l a s  
c o m s u b s t r a t o p a r a s e m e i o  
e p r o d u ç ã o d e m u d a s .

O a c o m p a n h a m e n t o  
t é c n i c o ( a s s i s t ê n c i a  
t é c n i c a ) e r a d e  
r e s p o n s a b i l i d a d e d o s  
t é c n i c o s d a S E M A G R I q u e  
o r i e n t a v a m o s a g r i c u l t o r e s  
e m s u a s a ç õ e s p r á t i c a s ,  
t a n t o n o p r o j e t o  
f i n a n c i a d o p e l a C o m p a n h i a  
V a l e , q u a n t o n o p r o j e t o  
s u b s i d i a d o p e l a  
P r e f e i t u r a . S e n d o e s t a  
a ç ã o a l v o d e c r í t i c a s p o r  
p a r t e d a C o m u n i d a d e q u e  
r e c l a m a d e s u a  
i n e f i c i ê n c i a e i n e f i c á c i a .

*Infelizmente nossa comunidade foi a que mais teve orientação técnica e parece que nunca tiveram capacitação. Parece que as pessoas esqueceram tudo que foi dito nos cursos (AGRICULTOR FAMILIAR).*

*Como tudo na nossa região. Começa bem. Por falta de acompanhamento técnico acaba indo por água abaixo. (AGRICULTOR FAMILIAR).*

*Trabalho com SAF. Que foi um trabalho que com o decorrer do tempo vi que fomos orientados mal. Por conta disso não funcionou. Nunca visitaram nossa área para dar orientação na prática. Nunca visitaram as áreas. Pela experiência de hoje sei que foi errado.*

*Faltou orientação técnica mais efetiva (AGRICULTOR FAMILIAR).*

A assistência técnica e extensão rural como política educativa apresenta uma trajetória histórica que nasce a partir da evolução do Fomento, que tem suas origens nos fins do século XIX e seu auge entre os anos de 1930 e 1950, passando por mudanças nos anos 1970 / 1980, até a contemporânea Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER que a partir de um novo paradigma e utilizando metodologias participativas, pretende contribuir para uma ação institucional capaz de implantar e consolidar estratégias de desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda e de novos postos de trabalho entre as populações de produtores familiares tradicionais, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquiculturas, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, coordenadas pela Secretaria da Agricultura Familiar – SAF como estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003 (PNATER, 2004).

Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o principal objetivo dos serviços de assistência técnica e extensão rural (Ater) é melhorar a renda e a qualidade de vida das famílias rurais, por meio do aperfeiçoamento dos sistemas de produção, de mecanismo de acesso a recursos, serviços e renda, de forma sustentável (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2010).

A Política de ATER tem ainda como um de seus pilares a busca da inclusão social da população rural brasileira, o

que pressupõe a participação na elaboração, implantação e fiscalização da mesma. Participação que ainda é frágil dentre os agricultores alvo da pesquisa.

Não se conhece o mecanismo pelo qual a comunidade foi escolhida para receber o investimento. Sabe-se que existe uma associação fundada em 1994 que tem como objetivo defender o interesse dos associados e que o investimento se deu via associação. Porém, a que se considerar o clientelismo dominante na sociedade brasileira e em especial na região norte devido prática do aviamento muito explorada nessa região.

Na política de ATER assim como nas outras políticas, o foco é deslocado da questão estrutural para o indivíduo. São os produtores rurais que precisam aprender a produzir novos produtos através de técnicas advindas das pesquisas e socializadas pela ATER e apesar da proposta ter todo um cunho educativo pautado em metodologias participativas que tem como orientação teórica o construtivismo, na prática o uso de metodologias participativas ainda ficam a desejar, e são praticamente imperceptíveis.

Toda inovação requer um tempo para que os profissionais passem pelo processo de capacitação e incorporem a nova proposta. Trabalhar com metodologias participativas exige uma postura diferenciada diante do mundo, vivencia, além de uma leitura teórica sedimentada.

[...] a ação extensionista orientada ao desenvolvimento sustentável deverá ser desviada de sua histórica concepção difusionista (baseada no “ensino”) e para dar lugar a uma prática social baseada na “aprendizagem”, isto é, na construção de saberes adequados para impulsionar estilos de agricultura e de manejo dos recursos naturais capazes de estabelecer patamares crescentes de sustentabilidade (CAPORAL; COSTABEBER, 2007, p. 08).

A p o l í t i c a d e A T E R d a t a  
d e 2 0 0 4 e o tempo entre a elaboração da nova proposta e a ação  
prática na Comunidade não permitiu a absorção de suas premissas para  
implantação das mesmas nos cursos, embora a discussão não seja nova.

Na pesquisa, 80 % da assistência técnica prestada a Comunidade, é realizada pela SEMAGRI.

A EMATER, instituição estadual responsável pela assistência técnica no Estado do Pará, foi à responsável pela elaboração dos projetos para os financiamentos do PRONAF, realizando a visita inicial para emitir a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, que é o documento inicial de acesso ao processo de financiamento, porém, não participou da implantação dos projetos e nem da assistência técnica, durante o período de formação na Comunidade. De acordo com a fala de um dos entrevistados apenas uma vez a instituição se fez presente para verificar um pimental atacado por pragas. “Uma vez a EMATER foi ver a doença na pimenta.” Agricultor familiar.

Conforme citado anteriormente, a EMATER atua prioritariamente com o agricultor familiar, através de metodologias educativas e participativas com o objetivo de contribuir para a construção de estratégias de desenvolvimento rural sustentável, expandindo e fortalecendo esse segmento e suas organizações, entretanto, na Comunidade de Marupaúba de acordo com o resultado da pesquisa, a Empresa se fez presente apenas uma vez.

Observa-se que mesmo com a mudança de paradigma ocorrida ao longo do tempo, passando do modelo produtivista para o da agroecologia, a metodologia utilizada pelas instituições que prestam serviços de ATER aos agricultores, ainda deixa a desejar, sendo inúmeras as dificuldades de operacionalização para atender as necessidades dos mesmos. Os problemas vão desde quantidade insuficiente de técnicos para um trabalho mais eficaz, passa pela falta de formação continuada e vai até a estrutura física, de transporte e logística, deixando os agricultores sem o devido atendimento.



A estrutura fundiária também alvo da pesquisa, mostrou que em 80% dos pesquisados os lotes agrícolas não tem documentação oficial, ou seja, vigora o sistema de posse. Os outros 20% a adquiriram por herança.

Esta amostra reafirma o histórico de formação desta Comunidade, que tem seus alicerces ao longo do período colonização quando ainda reinava o sistema de sesmarias em que as terras eram doadas somente para quem possuísse os meios para explorá-las e instalar engenhos. Ao lado dos escravos e migrantes, surgiu uma população de trabalhadores rurais livres<sup>12</sup> que eram privados do uso da terra e foram ocupando pequenas áreas entre os latifúndios, assim como, terras virgens no interior do país. Essa população dedicava-se agricultura de subsistência e suas terras não possuíam documentação oficial. Essa prática ficou conhecida como sistema de posse de terras vigorando até hoje no Brasil.

## 5.5 A SUSTENTABILIDADE

Os elementos acima analisados são a base para a resposta maior que diz respeito à sustentabilidade na Comunidade.

O conceito de sustentabilidade está diretamente relacionado ao conceito de desenvolvimento sustentável e surge com a discussão sobre meio ambiente.

Segundo Diegues (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável é adotado em importantes documentos como a Estratégia Mundial para a Conservação (UICN, WWF e PNUMA, 1980); o informe Nosso Futuro Comum, da Comissão Brundtland (ONU, 1987); Cuidar da Terra (UICN, WWF e PNUMA, 1991); e o Informe da Comissão de Desenvolvimento e Meio Ambiente da América Latina e Caribe (1991), que discutem a questão ambiental no planeta. Nestes documentos o desenvolvimento sustentável está relacionado a garantir as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem também às suas.

Nos dizeres de Caporal; Costabeber (2001, p.02), a sustentabilidade desde a década de 1980, é enfocada como resposta aos limites inerentes aos modelos convencionais.

---

<sup>12</sup> Trabalhadores rurais livres - indivíduos marginalizados que utilizavam variadas alternativas de sobrevivência, a partir da agricultura de subsistência e que tiveram um papel fundamental no abastecimento da Colônia.

Apesar de utilizada por diversos grupos com significados diferentes em atendimento aos seus interesses, a sustentabilidade fundamentalmente está relacionada à qualidade de vida e deve contemplar os aspectos econômico, ecológico, cultural, social, individual e pedagógico. Logo, deve-se perguntar o que é sustentabilidade para um grupo de agricultores familiares ribeirinhos. Será a mesma para um projeto que tem como base a produção para o mercado e a geração de lucro?

De acordo com o que se propunha o projeto implantado na Comunidade de Marupaúba, não logrou êxito. Pensado de forma fragmentada, com ações pontuais, sem articulação com as outras políticas, e não levando em consideração a história desta gente; seus anseios e projetos e seu modo de trabalhar, o projeto fracassou. Não por culpa da população, mas, pela forma como foi concebido em seu nascedouro.

O projeto implantado a partir da gestão municipal 2000 a 2004, não observou a totalidade social e nem a considerou em suas diversas ações.

Contextos de sustentabilidade podem ser criados a partir de ações da política que respeitem a autonomia das populações, valorizando a sua história por meio do resgate da identidade; de uma formação voltada para a valorização dos produtos que historicamente são produzidos pela comunidade e respeitando a sua organização social sem impingir-lhes o modelo dominante hegemônico que fragmenta e contribui para a exclusão social.

Para que um projeto alcance êxito precisa ser amplamente discutido e debatido com e pelos interessados, assim como necessita do apoio efetivo de políticas públicas como a política de assistência social; políticas de governo como projetos de implantação de energia elétrica; política de saúde; habitação; saneamento e outras.

Assim não só a extensão rural, mas, o financiamento, a política agrária, as ações ditas de responsabilidade social e a educação dentre outras, devem considerar os anseios e projetos de desenvolvimento dessas populações como forma de promover qualidade de vida, inclusão social e resgate da cidadania, sem esquecer seus valores e crenças que tem como finalidade preservar seu *habitat* natural conforme Diegues,

É importante analisar o sistema de representações, símbolos e mitos que essas populações constroem, pois é com ele que agem sobre o meio natural. É também com essas representações mentais e com o conhecimento empírico acumulado que desenvolvem seus sistemas tradicionais de manejo (2001, p.39).

Um projeto que se queira sustentável, não pode seguir a lógica capitalista, pois, estaria indo de encontro ao sistema de representações, símbolos e mitos com que as populações tradicionais operam e que garante a reprodução do meio ambiente em que vivem.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população que habita a Comunidade de Marupaúba apresenta raízes históricas fincadas no período de colonização do Brasil quando da penetração dos portugueses na Amazônia e posteriormente, com o processo de expansão das fronteiras agrícolas, por migrantes que chegaram àquela região em busca do eldorado. Suas terras, igarapés, rios, matas e diversidade social e cultural garantiram a sobrevivência das pessoas que lá se estabeleceram e fizeram daquele lugar seu local de moradia, até que, o reordenamento do capital, que na Amazônia vem se estabelecendo de forma avassaladora nos últimos anos, passou a influenciar as relações sociais de produção, buscando transformar o seu modo de vida.

Como os cabanos que se projetaram materializando o antagonismo na imanência da luta pela liberdade de poder viver sob práticas socioeconômicas vinculadas à pequena produção independente (BARBOSA, 2003), os agricultores familiares ribeirinhos do Marupaúba resistem ao poder do grande capital e de alguma forma mantém sua cultura com suas práticas milenares.

Apesar do processo de formação pelo qual passou a comunidade ter inserido novas práticas agrícolas, com uso de tecnologias que aumentam a produção e a produtividade, a pesquisa mostrou que a tão sonhada sustentabilidade professada pelo capital, não foi alcançada e que a maioria das famílias ainda mantém suas práticas anteriores.

O estudo revelou que diversos fatores contribuíram para o insucesso do investimento realizado pelo poder público, dentre eles, a maneira como o Estado brasileiro organiza as políticas públicas para a área rural, de forma fragmentada e descontínua e os interesses que essas políticas defendem, as quais são claramente capitalistas, o que confronta com os interesses e o modo de ser das comunidades tradicionais.

As dificuldades apresentadas pelos agricultores durante o processo de formação por conta da negação de direitos básicos como a educação que não os atendeu no momento certo; de uma política de assistência técnica e extensão rural fragilizada; uma metodologia de ensino não adequada a sua escolarização e a ausência de um processo sólido de organização e participação na comunidade, foram determinantes para o insucesso do investimento, mesmo assim, as mudanças de atitudes, que ocorreram estartadas com processo de capacitação, levaram as

famílias a terem condições de assumir, ainda que de forma embrionária, a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento.

Os cursos ministrados, aliados à implantação dos projetos, se constituíram em instrumento propiciador de acesso ao direito de atendimento pelas políticas públicas e ao mesmo tempo de inserção intensiva ao novo formato de produção desenhado pela sociedade capitalista. Despertou a consciência para um fazer planejado, que proporciona maior produtividade e conseqüentemente maior renda. Porém, a descontinuidade no processo por parte do Estado, deixou um sentimento de fracasso nos agricultores que participaram dos projetos. Para eles não foi o Estado que falhou, mas eles que não souberam responder adequadamente, o que compromete a sua condição de ser no mundo e fragiliza ainda mais sua organização.

O Estado como responsável pela implementação de políticas se aproveita desses momentos para retardar a consolidação de direitos e criar as instituições necessárias para garanti-los. No caso estudado, os agricultores permanecem sem o atendimento efetivo da assistência técnica e extensão rural e o poder público continua aplicando suas formulas mágicas de fazer política agrícola.

Os agricultores familiares ribeirinhos, que habitam as comunidades tradicionais, constituem-se em um segmento que busca constantemente implementar estratégias para sua sobrevivência, não podendo ser analisada apenas pela ótica da produção, da racionalidade econômica. Para o alcance da sustentabilidade se fazem necessárias significativas e profundas mudanças que perpassam por reformas na propriedade da terra, no acesso aos benefícios das políticas governamentais e no reconhecimento da cidadania plena

Em outras palavras: é preciso que o Estado faça valer as políticas públicas para aqueles que foram alijados do processo de produção, e querem manter o seu modo de viver, garantindo educação de qualidade, alimentação, habitação, preço justo a seus produtos, acesso aos serviços de saúde e respeito as suas organizações para que possam se reproduzir socialmente.

O processo de formação materializado por intermédio dos cursos de capacitação e da implantação dos projetos, mesmo com clara orientação para o mercado e não tendo continuidade, foi importante por ter oportunizado às famílias agrícolas vivência mínima em outro modelo de produção, onde o discurso dominante

é o do mercado e a linguagem, a do lucro. Com esse conhecimento poderão escolher em que contexto de sustentabilidade querem viver.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho. **O Projeto Noturno**: incursões no vivido por educadores e alunos de escolas públicas paulistas que tentaram um jeito novo de caminhar. Tese de doutorado. São Paulo: PUC/SP, 1992.

AMARAL, Roniere Ribeiro. **Milagre Político**: Catolicismo da Libertação. Tese de doutorado. UNB. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/927115-ARQ/927115\\_6.PDF](http://ged1.capes.gov.br/CapesProcessos/927115-ARQ/927115_6.PDF)>. Acesso em: 04.09.08.

AMBIENTE BRASIL. **Artigos Agropecuários. Extensão Rural**. Disponível em: <[http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/extensao\\_rural/historico\\_da\\_extensao\\_rural.html](http://ambientes.ambientebrasil.com.br/agropecuario/extensao_rural/historico_da_extensao_rural.html)>. Acesso em: 20.08.2008.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaio sobre a nova morfologia do trabalho. Curitiba: Boitempo, 2005.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpinstitutodeterras/abramovay.doc>>. Acesso em: 30.05.09.

ANTONIAZZI, Maria Regina Filgueiras. O plano de qualificação profissional do trabalhador: política pública de emprego. **Revista Trabalho Necessário**. Ano 3 , Numero 3 – 2005. Disponível em: <<http://www.uff.br/trabalhonecessario/mreginatn3.htm>>. Acesso em: 02.05.09.

BARBOSA, Maria José de Souza. **A cabanagem entre a liberdade do trabalho e o mercado da liberdade**. Tese de Doutorado. UFRJ, 2003.

BARQUETE, Paulo Roberto Fontes. O Estado Brasileiro e a Reforma Agrária: 1964-2002. *In*: **Revista "Políticas Públicas e Sociedade" do curso de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, 2005**. Disponível em: <[www.inclusaodejovens.org.br/.../o\\_estado\\_brasileiro\\_e\\_a\\_reforma\\_agraria.doc](http://www.inclusaodejovens.org.br/.../o_estado_brasileiro_e_a_reforma_agraria.doc)>. Acesso em: 19.09.2009.

BELIK, W.; PAULILLO, L. F. **O Financiamento da Produção Agrícola Brasileira na Década de 90**: ajustamento e seletividade. Disponível em: <[www.rimisp.org/.../cambios\\_financiamiento\\_produccion\\_agricola\\_brasileira.pdf](http://www.rimisp.org/.../cambios_financiamiento_produccion_agricola_brasileira.pdf)>. Acesso em: 12.02.2009.

BELIK, W. PRONAF: avaliação da operacionalização do programa. *In*: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (Eds.). **O novo rural brasileiro**: políticas públicas. Jaguariúna/SP: EMBRAPA Meio Ambiente, 2000. pp. 93-115.

BIANCHINI, Valter. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar Desenvolvimento Local Rural Sustentável**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/index.php?sccid=353>>. Acesso em: 28.12.2009.

BRANCO, João Maria de Freitas. **Dialética, Ciência e Natureza**. Lisboa, Editorial Caminho S.A., 1989.

BRASIL, **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946)**. <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constitui%C3%A7ao46.htm)>. Acesso em: 03.09.2009.

\_\_\_\_\_. MEDIDA PROVISÓRIA nº 1.911-12, DE 25 DE NOVEMBRO DE 1999 - DOU DE 26/11/99 Edição Extra. Disponível em: <<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/45/1999/1911-12.htm>>. Acesso em: 27.02.2009.

CAMARGO, Aspásia. **DHBB**: verbete temático: Ligas Camponesas. Disponível em: <[http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes\\_htm/7794\\_1.asp](http://www.cpdoc.fgv.br/dhbb/verbetes_htm/7794_1.asp)> Acesso em: 10.09.2008.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e extensão Rural**: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2007. 166p.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade**: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, v. 11, p. 53-75, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 05.12.09.

CARVALHO FILHO, José Juliano de. Política Agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a Nova Reforma Agrária. In: **Políticas Públicas e Agricultura no Brasil** / Sérgio Leite (org.). Porto Alegre, RS: Universidade/UFRGS, 2001.

CASTIONI, Remi. **O Sistema de Proteção ao Trabalho no Brasil**. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo. Campinas, São Paulo, 2008.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Monarquia à República**: Momentos Decisivos. 7ª ed. Fundação Editora da UNESP, 2007.

CAMTA, Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. **Atividades atuais**. Disponível em: <<http://www.amazon.com.br/~camta/companyP.htm#companyP1>>. Acesso em 18/04/09.



CIGNOLLI, Alberto. **Estado e força de trabalho**. Introdução a política social no Brasil. Tradução de Júlio Assis Simões. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. **Terras devolutas nas Constituições Republicanas**. Disponível em: <<http://www.jfse.jus.br/obras%20mag/artigoterrasdevdirley.html>>. Acesso em: 25.06.09.

DIAZ BORDENAVE, Juan E. **O que é comunicação**. Coleção primeiros passos. São Paulo: Brasiliense, 2004.

DIEGUES, Antonio Carlos (org.). **Desmatamento e modos de vida na Amazônia**. São Paulo. 1999. Versão em PDF. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/artigos.html>>. Acesso em: 13.09.2009.

\_\_\_\_\_. **El mito moderno de la naturaleza intocada**. NUPAUB – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – USP. São Paulo, 2005. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/mitoesp.pdf>>. Acesso em: 25.09.2009.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V.(Orgs.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/saberes/saberes.htm>>. Acesso em: 17.09.2009.

DELGADO, Nelson Giordano. Liberalização Comercial e Agricultura Familiar no Brasil. A experiência das décadas de 1980 e 1990. *In: Grupo de Trabalho sobre desenvolvimento e Meio Ambiente nas Américas*. Documento de Discussão nº 25. 2008. Disponível em: <<http://ase.tufts.edu/gdae/Pubs/rp/DP25DelgadoJuly08.pdf>>. Acesso em: 27.05.2009.

DIAS, Marcelo Mina. **Extensão Rural para Agricultores Assentados: Uma análise das boas intenções propostas pelo "Serviço de ATES"**. Disponível em: <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v21/v21n3p499.pdf>. Acesso em: 15.07.09.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 4. ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação para o Desenvolvimento da Educação, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Tradução: Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro; Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. Coleção Leitura. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREITAS, Newton. **História Econômica do Brasil por Maílson da Nóbrega** Disponível em: <<http://www.newton.freitas.nom.br/artigos.asp?cod=250>>. Acesso em: 29/06/09.

GASQUES, José G.; VERDE, Carlos M. V. **Crescimento da agricultura brasileira e política agrícola nos anos 80**. Brasília: IPEA, nov. 1990. (Texto para discussão, 204.)

GÓES, Moacyr de. **Educação popular, campanha de pé no chão também se aprende a ler, Paulo Freire & Movimentos sociais contemporâneos**. Disponível em: <[www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/mesa16-b.pdf](http://www.paulofreire.ufpb.br/paulofreire/Files/seminarios/mesa16-b.pdf)>. Acesso em: 04.09.08.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 4. ed. São Paulo, Cortez, 2008 (Coleção Questões da Nossa época; v. 71).

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de Metodologia da Pesquisa Científica**. São Paulo: Avercamp, 2005.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**. RJ, Zahar, 1982.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HOBBSAWM, Eric & RANGER, Terence (ORGS). **A Invenção das Tradições**. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 6ª ed. 2008.

HOMMA, Alfredo K. O. **Dinâmica dos sistemas agroflorestais: O caso da colônia agrícola de Tomé-Açu, Pará**. 2004. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/12/08O395.pdf>. Acesso em: 18/04/2009.

\_\_\_\_\_. **A imigração Japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. Belém, PA. Embrapa Amazônia Oriental. FIEPA, 2007.

\_\_\_\_\_. Agricultura familiar na Amazônia: a modernização da agricultura itinerante. In: SOUSA, I.S.F. (Ed.). **Agricultura familiar na dinâmica da pesquisa agropecuária**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.

IANNI, Otávio. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1997.

\_\_\_\_\_. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. São Paulo; Editora Brasiliense S.A, 1984.

\_\_\_\_\_. **Pensamento Social no Brasil**. São Paulo; EDUSC Editora, 2004.

INCRA. **Histórico da questão agrária**. Disponível em: [http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=270&Itemid=288). Acesso em: 17.03.2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13\\_1.shtm&paginaatual=1&uf=15&letra=T](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/universo.php?tipo=31o/tabela13_1.shtm&paginaatual=1&uf=15&letra=T) > Acesso em: 15/04/09.

KADT, Emanuel de. **Católicos Radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007 (Coleção Educação para Todos). Disponível em: [unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154570POR.pdf](http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154570POR.pdf)>. Acesso em: 04.09.08.

LEAL, Aluizio Lins. **Uma Sinopse Histórica da Amazônia: uma visão política**. Mimeografado. 1993.

LEITE, José Luís Marasco C. A Apropriação das Terras Brasileiras – Anotações Preliminares. **Rev. Esc. Direito**, Pelotas, 5(1): 7-22, Jan.-Dez./2004. Disponível em: <http://antares.ucpel.tche.br/direito/revista/vol5/01.doc>>. Acesso em 24.06.09.

LEITE, S. P. (Org.). Padrão de financiamento, setor público e agricultura no Brasil. *In: Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre, RS: Universidade/UFRGS, 2001.

LIMA, Ivamney Augusto. **A extensão rural e a produção do conhecimento: a fundamentação científica dos planos municipais de desenvolvimento rural do programa nacional de fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) no Estado de São Paulo**. Tese de Mestrado. Unicamp. Janeiro de 2001. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000339559>>. Acesso em: 15.04.2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas S.A, 1986.

MASSUQUETTI, Angélica. **A Mudança no Padrão da Agricultura Brasileira no Período de 1965-97**. Dissertação em Economia Rural. UFRGS. 1998. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/3241/000246951.pdf?sequencia=1>>. Acesso em: 24.03.09.

MATTEI, Lauro. Texto apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, realizado em Belém (PA), em 19 a 23/03/01. Governo do Brasil. Boletim eletrônico Em Questão. Disponível em: [http://www.brasil.gov.br/noticias/em\\_questao/.questao/EQ901a/](http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao/.questao/EQ901a/)>. Acesso em: 01/10/2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica>>. Acesso em: 23.01.2010.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://sistemas.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/140>. Acesso em: 17.03.2010.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/condraf/index.php?sccid=1757>>. Acesso em: 26.02.09.

\_\_\_\_\_. Secretaria da Agricultura Familiar. **PNATER, 2007**. Disponível em: <<http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf/2259286>>. Acesso em: 10.07.09.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/portal/saf/programas/assistenciatecnica/2522569>>. Acesso em: 07.04.2010.

MORONI, José A.; CICONELLO, Alexandre. **Participação social no governo lula. Avançamos?** Disponível em: <[www.abong.org.br/novosite/download/3-moroni.pdf](http://www.abong.org.br/novosite/download/3-moroni.pdf)>. Acesso em: 15.05.09.

MOVIMENTO DE EDUCAÇÃO DE BASE. Programa de Estudos e Documentação Educação e Sociedade. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Coleção MEB. Disponível em: <<http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/meb.htm>>. Acesso em 09.09.2008.

NASCIMENTO, Nádya do Socorro Fialho. **Amazônia e desenvolvimento capitalista: Elementos para uma compreensão da “Questão Social” na região**. Tese de doutorado. UFRJ. Rio de Janeiro. 2006.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

NOGUEIRA, Oscar Lameira. **Açaí**. Belém, PA: Embrapa Amazônia Oriental, 2005.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Educação ao longo da vida**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação a Distância. TV Escola/Salto para o futuro. Ano XIX – Nº 11- Setembro de 2009.

PESSOA, André. **Política de Substituição de Importações**. Artigo. Disponível em: < <http://www.brazil.guide.com.br/port/economia/agric/substimp/index.php> >. Acesso em: 15.06.09.

PIMENTEL, Vânia Costa. **Assentamento é mais que um "projeto": a assistência técnica nos assentamentos rurais**. Dissertação de Mestrado. UFRRJ. 2007. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br/dater/arquivos/0730618328.pdf>>. Acesso em: 08.07.09.

Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável, Território da Transamazônica – Pará, 2006. Disponível em:<[http://sit.mda.gov.br/biblioteca\\_virtual/ptdrs/ptdrs\\_territorio095.pdf](http://sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio095.pdf)>. Acesso em: 20.03.2010.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1970.

\_\_\_\_\_. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2000.

SANTOS, Aparecida Ribeiro dos. **A Igreja Católica, A Mídia e a Educação Popular: O MEB a utopia destruída**. Vol. 3. nº 4: julho / agosto / setembro 2002. Disponível em: <[www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/meb.htm](http://www.proedes.fe.ufrj.br/arquivo/meb.htm)>. Acesso em: 13.09.2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:< [www.comunidades.pe.gov.br/c/document\\_library/get\\_file?...517...](http://www.comunidades.pe.gov.br/c/document_library/get_file?...517...)>. Acesso em: 20.03.2010.

Portal Ministério do Trabalho e Emprego-<<http://proger.mte.gov.br/portalproger/pages/sobreproger.xhtml?jsessionid=64F2FC8ABC82D106017A37232AB3B287.lbroute814>>. Acesso em: 07.04.2010.

Portal do Governo do Estado do Pará. Disponível em: <[www.pa.gov.br/noticia\\_interna.asp?id\\_ver=62491](http://www.pa.gov.br/noticia_interna.asp?id_ver=62491) ->. Acesso em:06.05.2010.

SASAKI, E. M. **A imigração para o Japão**. Scielo. São Paulo May/Aug. 2006. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142006000200009](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200009). Acesso em: 18/04/09.

Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças. **Estatística Municipal**. 2008. Disponível em: <http://www.sepof.pa.gov.br>. Acesso em: 16/04/2009.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF: Uma Avaliação das Ações Realizadas no Período 1995/1998**. Disponível em: < [gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e.../pronaf-03-99.pdf](http://gipaf.cnptia.embrapa.br/publicacoes/artigos-e.../pronaf-03-99.pdf)>. Acesso em: 22.02.09.

SILVA, Maria Ozanira da Silva; YAZBEK, Maria Carmelita (orgs). **Políticas Públicas de Trabalho e Renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez; São Luís, MA: FAPEMA, 2006.

SILVA, Pedro L.B.; MELO, Marcus A. Barreto de. O processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno 48**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2000.

SILVEIRA, Graciela Franco da. **A Política de trabalho emprego e renda no campo da qualificação profissional**: um estudo no município de Lençóis Paulista. Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/11343814/SILVEIRA-Graciela-Franco-Da-A-Politica-de-trabalho-emprego-e-renda-no-campo-da-qualificacao-profissional-um-estudo-no-municipio-de-Lencois-Paulista>>. Acesso em: 10.02.2010.

SODRÉ, Werneck. **Capitalismo e Revolução Burguesa no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro. Editora Graphia, 1997.

TAGLIETTI, Dablio Batista. **A natureza da lei de terras de 1850**. Disponível em: <[http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1\\_3\\_35.pdf](http://www.sicoda.fw.uri.br/revistas/artigos/1_3_35.pdf)>. Acesso em: 26/06/2009.

STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil**: O debate na esquerda-1960 – 1980. Douglas Estevam (assistente de pesquisa) São Paulo: Expressão popular, 2005.

## **ANEXOS**

**ANEXO A - Grade Curricular de Alguns Cursos de Formação em Agricultura Familiar**

**Quadro 1: Carga horária e conteúdo do curso de Compostagem Orgânica.**

<b>PERÍODO/ CARGA HORÁRIA</b>	<b>HABILIDADES BÁSICAS</b>	<b>HABILIDADE ESPECÍFICA</b>	<b>HABILIDADE DE GESTÃO</b>
<p align="center"><b>28 a 31/07/2003</b></p> <p align="center"><b>32 horas</b></p>	<p>Construção da cidadania e participação social: cidadania, direitos e deveres; segurança do trabalho; organização de classe; princípios de educação ambiental (uso e conservação dos recursos naturais renováveis); formas associativas de organização das classes trabalhadoras.</p>	<p>Importância da compostagem orgânica; importância do composto orgânico para a melhoria fisiológica do solo; matérias primas utilizadas para a produção do composto orgânico; microorganismos responsáveis pela fermentação aeróbica dos resíduos; técnicas de construção das pilhas do composto; técnica de manejo de pilha; técnica de verificação do grau de maturação do composto.</p>	<p>Noções de planejamento e administração rural; o processo de produção e comercialização; meios de produção, força de trabalho e tecnologia.</p>

**Fonte:** Coordenação da pesquisa, 2010.



**Quadro 2:** Carga horária e conteúdo do curso de Manejo de Capoeira

<b>PERÍODO/ CARGA HORÁRIA</b>	<b>HABILIDADES BÁSICAS</b>	<b>HABILIDADE ESPECÍFICA</b>	<b>HABILIDADE DE GESTÃO</b>
18 a 26/11/2003  40 horas	Cidadania, meio ambiente e desenvolvimento; o homem a sociedade e a cultura, tendo consciência de como se organizar; formas associativas de organização dos trabalhadores.	Tipos de solos amazônicos; fertilidade do solo; manejo do solo; conservação do solo; empobrecimento do solo; erosão; lixiviação; técnicas de restauração e melhoramento para solos agrícolas; combinação e rotação de culturas; enriquecimento de capoeiras; identificação de vegetação, limpeza da área; sistemas agroflorestais; aproveitamento dos sistemas agroflorestais para auto abastecimento.	Formas de agregar valores aos produtos e gerenciamento da produção; análise econômica da atividade; custo de produção; comercialização: custo x benefício.

**Fonte:** Coordenação da pesquisa, 2010.

**Quadro 3:** Carga horária conteúdo de Educação Ambiental ministrado pelo POEMAR em duas etapas.

<b>PERÍODO/ CARGA HORÁRIA</b>	<b>HABILIDADES BÁSICAS</b>	<b>HABILIDADE ESPECÍFICA</b>	<b>HABILIDADE DE GESTÃO</b>
<p><b>15 e 16/06 e 22 e 23/07/2003</b></p> <p><b>40 horas</b></p>	<p>Cidadania, direitos e deveres, segurança do trabalho, organização de classe, noções de porcentagem e fração, conceitos de termos ambientais.</p>	<p>Camadas da terra, estrutura da biosfera, a camada vegetal, reinos animal, vegetal e mineral, recursos naturais: renováveis e não renováveis. O homem e a natureza, ciclo da vida – interações e interdependências entre os meios biótico e abiótico ecossistema e cadeia trófica. A ação do homem sobre o solo. A ação do homem sobre a água. Ciclo da água. A ação do homem sobre o ar atmosférico. Medidas de controle da poluição do ar. Efeitos da poluição do ar. Queimadas e incêndios. Unidades de conservação da natureza.</p>	<p>Organização para a gestão. Valorização da categoria através das entidades de classe. Autogestão. Princípios de associativismo. Princípios de cooperativismo. Reflexões sobre a inserção do conhecimento repassado no cotidiano do participante.</p>

**Fonte:** Coordenação da pesquisa, 2010.

**Quadro 4:** Carga horária e conteúdo do curso de Piscicultura ministrado pelo POEMAR em parceria com a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA e a Prefeitura Municipal de Tomé-Açu, através do projeto “Transferência de Tecnologia e Capacitação para Atividades Produtivas Comunitárias Baseadas no Uso Sustentável de Recursos Naturais” em duas etapas.

PERÍODO/ CARGA HORÁRIA	HABILIDADES BÁSICAS	HABILIDADE ESPECÍFICA	HABILIDADE DE GESTÃO
<p><b>16 e 17/06/2003</b> <b>e</b> <b>26 e 27/06/2003</b></p> <p><b>32 horas</b></p>	<p>Construção da cidadania e participação social: cidadania, direitos e deveres; segurança do trabalho; organização de classe; princípios de educação ambiental (uso e conservação dos recursos naturais renováveis).</p>	<p>Principais aspectos que devem ser considerados para implantação de projetos de piscicultura, proximidade do mercado consumidor, condições topográficas do terreno, água em quantidade suficiente e de boa qualidade, tipo de solo adequado, disponibilidade de alevinos na região, tipos de reservatório para criação de peixes, tanques: alvenaria e concreto; viveiros de barragem; escavados e semi-escavados; açudes, barragens; tipo de cultivo: extensivo e semi-extensivo intensivo e super intensivo; instalações da piscicultura; etapas de construção dos viveiros; galpão para armazenar rações; galpão para fábricas de rações; galpão para processamento dos peixes; ecologia aquática; teoria e prática de determinação das características físicas e químicas da água; cadeia alimentar; produtores primários, secundários e terciários; hábitos alimentares; habitat; etapas de um cultivo, escolha do sistema de cultivo (teoria e prática), calagem (teoria e prática) adubação (teoria e prática); determinação das espécies a serem cultivadas; cálculo do número de indivíduos e povoamento; acompanhamento da engorda, biometrias, determinação da qualidade de alimento. Despesa final; noções de higiene e profilaxia.</p>	<p>Autogestão; princípios de associativismo e cooperativismo; formas e processos para agregar valores; custo de produção; análise econômica da atividade; comercialização.</p>

Fonte: Coordenação da pesquisa, 2010.

**Quadro 5:** Carga horária e conteúdo do curso de Associativismo e Cooperativismo.

<b>PERÍODO/ CARGA HORÁRIA</b>	<b>COMPETÊNCIAS</b>
<p data-bbox="315 491 450 515"><b>08/07/2006</b></p> <p data-bbox="327 628 439 652"><b>40 horas</b></p>	<ul data-bbox="618 400 2051 855" style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer resumidamente a história do cooperativismo e do associativismo;</li> <li>• Conhecer os símbolos do cooperativismo e do associativismo; avaliar as características que são atribuídas a cooperativas e associações;</li> <li>• Planejar, orientar e acompanhar o processo de formação de cooperativas e associações;</li> <li>• Conhecer as semelhanças e diferenças entre cooperativas e associações;</li> <li>• Definir os princípios que regem o cooperativismo o associativismo e o que diferencia o cooperativismo das empresas mercantis;</li> <li>• Definir os princípios que regem o associativismo e o que o diferencia das empresas mercantis;</li> <li>• Conhecer os procedimentos básicos na gestão de cooperativas e associações;</li> <li>• Saber os itens essenciais na elaboração do estatuto.</li> </ul>

**Fonte:** Coordenação da pesquisa, 2010.

**Quadro 6:** Carga horária e conteúdo do curso de Piscicultura em Tanque Rede.

<b>PERÍODO/ CARGA HORÁRIA</b>	<b>COMPETÊNCIASCOMPETÊNCIAS</b>
<p data-bbox="253 464 486 491"><b>27/11 a 01/12/2006</b></p> <p data-bbox="315 555 423 582"><b>40 horas</b></p>	<ul data-bbox="591 375 2060 1165" style="list-style-type: none"> <li>• Conhecer a legislação vigente através das leis, portarias e decretos que regulamentam a política da aqüicultura no Brasil; reconhecer por que preservar? Para que preservar? Identificar o potencial da aqüicultura (peixes/camarão) na Região;</li> <li>• Conhecer a diversidade de espécies;</li> <li>• Ter noção de como planejar seu(s) viveiro(s)/ criação;</li> <li>• Reconhecer as possibilidades de sucessos e insucessos com o planejamento;</li> <li>• Realizar as definições de espécies e modalidades;</li> <li>• Conhecer os tipos de piscicultura em tanque rede;</li> <li>• Identificar as condições necessárias: água, terreno, etc;</li> <li>• Conhecer as formas e dimensões nas etapas da construção;</li> <li>• Saber escolher o tipo e local dos viveiros, tipos de fertilização;</li> <li>• Conhecer as alternativas de alimentação;</li> <li>• Reconhecer as orientações sobre as características das espécies para cultivo;</li> <li>• Conhecer os problemas e cuidados a serem observados na criação de peixes;</li> <li>• Identificar o mercado consumidor;</li> <li>• Conhecer as formas de comercialização (fresco, salgado, etc);</li> <li>• Identificar as espécies mais comercializadas e valor comercial.</li> </ul>

**Fonte:** Coordenação da pesquisa, 2010.

## APÊNDICE

**APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO DE PESQUISA****Universidade Federal do Pará  
Mestrado em Serviço Social  
QUESTIONÁRIO DE PESQUISA**

**1. NOME:**

**2. SEXO:**

M ( ) F ( )

**3. IDADE:**

- 16 a 30 anos
- 31 a 45 anos
- 46 a 60 anos
- mais de 61 anos

**4. ESTADO CIVIL:**

- solteiro (a)
- casado (a)
- viúvo (a)
- em relação estável
- separado (a)

**5. LOCAL DE NASCIMENTO:**

- No Município
- Fora do Município

**6. ESCOLARIDADE ( em anos de escola):**

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- analfabeto
- alfabetizado

**7. TEMPO DE RESIDENCIA NO LOCAL:**

- Nasceu no local
- Até 05 anos
- De 06 a 12 anos
- Acima de 13 anos

8. Que tipo de produto você produzia antes da realização dos cursos pela SEMAGRI? Especifique como se dava a produção (etapas).

9. Que produtos você produz hoje? Especifique como se dá a produção (etapas).

10. Você exerce algum tipo de trabalho para complementar a renda?

11. Você ou seus pais trabalhou para os japoneses?

12. Você contrata mão-de-obra para trabalhar em sua propriedade? Q serviços vc contrata?

13. Você participou de quais cursos integralmente?
14. De que forma os conhecimentos adquiridos nos cursos contribuíram para a melhoria da produção e de sua qualidade de vida?
15. Em relação à associação. Qual a sua avaliação do desempenho da mesma após os cursos? Cite exemplos.
16. Com que projetos você foi contemplado?
17. Qual a instituição financiadora?  
PRONAF  SEMAGRI  VALE  Outros
18. Você recebe assistência técnica de qual instituição?  
EMATER  PRONAF  SEMAGRI  OUTRA
19. Como você adquiriu esta terra?  
INCRA  Herança  Posse
20. Você conhece a história de sua Comunidade?